

0043.000017/2025-27



Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 179  
Disponibilização: 19/09/2025  
Publicação: 19/09/2025

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Seção de Recursos Humanos - SUPEL-RH

Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025

Altera a Portaria n.º 52, de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 1ª Comissão Genérica, e revoga a Portaria n.º 117, de 04 de junho de 2025, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no art. 5.º, inciso V, do Decreto n.º 27.948, de 1.º de março de 2023, e no art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** A reformulação das Comissões Genéricas no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia – SUPEL/RO, com o objetivo de conferir celeridade e eficiência à tramitação dos processos de compras públicas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar os incisos do art. 1º da Portaria nº 52, de 23 de abril de 2025, que dispõe sobre a reformulação das equipes de licitações e a designação de servidores para compor a 1ª Comissão Genérica, a qual passará a vigorar com a seguinte composição:

**I - Agente de contratação:**

a) Roseanna Nascimento Alves da Silva, matrícula n.º \*\*\*\*\*478.

**II - Equipe de Apoio:**

a) Patrick Marques de Souza, matrícula n.º \*\*\*\*\*635;

b) Ezequiel Sales de Lima, matrícula n.º \*\*\*\*\*313;

c) Victor Matheus da Silva Barros, matrícula n.º \*\*\*\*\*875.

**§ 1º** A servidora indicada no inciso I, alínea “a”, atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação adotada for o pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8.º, § 5.º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**§ 2º** Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea ‘a’, deste artigo, que exercerá as atribuições da pregoeira em suas ausências ou impedimentos legais

**Art. 2º** Fica revogada a Portaria nº 117 de 04 de junho de 2025.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de setembro de 2025.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO, Superintendente**, em 18/09/2025, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064498253** e o código CRC **62EE6D11**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão Genérica 1ª - SUPEL-COGEN1

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/2026/SUPEL/RO**

Para o **ITEM ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva** de cota de até 25% para as **ME/EPP**

**RESUMO DOS DADOS**

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 09/06/2026, às 10h (horário de Brasília) sítio: <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">http://www.comprasgovernamentais.gov.br</a> .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 02/05/2026.
---	--

<b>OBJETO</b>		
O objeto trata-se da <b>Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa)</b> , com o fito de atender às necessidades deste Departamento de Estradas de Rodagem - DER.		
<b>FUNDAMENTO:</b>		
Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024. dentre outros.		
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO :</b>		
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> .		
<b>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 736.622,00 (setecentos e trinta e seis mil seiscientos e vinte e dois reais)	
<b>VISTORIA</b>	<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>	
FACULTATIVA	CONTRATO	
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>
NÃO	NÃO	NÃO
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>AQUISIÇÃO</b>
MENOR PREÇO POR ITEM	ABERTO	SIM
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>		<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>
Telefone: 69.3212-9243		<a href="mailto:cogen1.supel@gmail.com">cogen1.supel@gmail.com</a>
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. (ex.: <b>90001/2024</b> )		

**SUMÁRIO**

- DO PREÂMBULO;
- DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;
- DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES;
- DA GARANTIA DOS MATERIAIS;
- DA GARANTIA CONTRATUAL;
- DO INSTRUMENTO CONTRATUAL;
- DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL;
- DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS;

- 9. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS;
- 10. DOS PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO;
- 11. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO;
- 12. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO;
- 13. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO;
- 14. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO;
- 15. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;
- 16. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO;
- 17. DO PAGAMENTO;
- 18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE;
- 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;
- 20. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO;
- 21. DOS RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS/MEDIDAS MITIGADORAS;
- 22. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;
- 23. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO;
- 24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
- 25. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
- 26. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS;
- 27. DA SUBCONTRATAÇÃO;
- 28. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
- 29. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)
- 30. DA DEFINIÇÃO DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO;
- 31. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO
- 32. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
- 33. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
- 34. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
- 35. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
- 36. DO RECURSO;
- 37. DA HOMOLOGAÇÃO;
- 38. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
- 39. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;
- 40. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
- 41. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
- 42. DOS ANEXOS.

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÃO S, por meio da **Portaria nº 230/2025/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 17 de Setembro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90030/2026/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a **Lei Federal nº. 14.133, de 2021** e **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, a **Lei Complementar nº 123/06** e Decreto Estadual nº 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER**.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. **DO OBJETO:** O objeto trata-se da **Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa)**, com o fito de atender às necessidades deste Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Tabela de Especificação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID
1	Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa).	318654	1,00
2.2.	No que tange ao CATMAT indicado na Tabela acima, cumpre salientar, que não fora encontrado no Catálogo de Materiais e Serviços item específico que contemple o objeto da contratação, tendo sido adotado CATMAT análogo que melhor se enquadrasse nas especificações do objeto.		
2.3.	Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.		

3. DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

3.1. Será necessária a aquisição de 01 Equipamento para realização de Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa).

3.2. A definição do quantitativo de 01 (uma) unidade de Equipamento para realização de Sondagem Mista (SPT e Rotativa) não decorre de estimativa de consumo fracionável ou demanda variável, mas da necessidade de dotar o DER-RO de estrutura mínima própria para execução de investigações geotécnicas em apoio aos projetos e obras de infraestrutura.

3.3. Diferentemente de bens de consumo ou materiais padronizados, o objeto em questão consiste em equipamento técnico de natureza singular e indivisível, cuja utilidade institucional é plenamente atendida com a aquisição de uma única unidade operacional.

3.4. A memória de cálculo, nesse caso, não se aplica em termos quantitativos progressivos (histórico de consumo x projeção futura), pois a necessidade administrativa não exige múltiplas frentes simultâneas permanentes de sondagem, mas sim a disponibilidade institucional de um equipamento próprio para atendimento programado das demandas ordinárias de estudos geotécnicos.

3.5. Ressalta-se, ainda, que:

- I - O quadro técnico atualmente disponível no DER-RO não comporta corpo técnico estruturado para operação simultânea de dois ou mais equipamentos;
- II - A eventual aquisição de mais de uma unidade implicaria ociosidade operacional, aumento de custos indiretos (manutenção, armazenamento, depreciação, seguros e insumos) e ineficiência administrativa, em afronta ao princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021;
- III - Não há interdependência com outras contratações similares que justifique ganho de escala, tampouco histórico institucional que demonstre necessidade operacional simultânea que demande múltiplos equipamentos próprios;
- IV - A estratégia administrativa adotada prevê que demandas excepcionais ou picos extraordinários de serviço poderão, se necessário, ser atendidos por meio de contratações específicas de serviços de sondagem, solução que se mostra mais eficiente do que a aquisição de equipamentos adicionais permanentes.

3.6. Dessa forma, o quantitativo de 01 (uma) unidade revela-se tecnicamente suficiente, operacionalmente compatível com a estrutura existente e economicamente adequado à realidade institucional, não sendo pertinente a apresentação de memória de cálculo típica de objetos consumíveis ou escalonáveis.

#### **4. DA GARANTIA DOS MATERIAIS**

4.1. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, montagem e desempenho. Durante esse período, a contratada deverá assegurar a substituição ou reparo imediato de quaisquer componentes que apresentem falhas, sem ônus adicional para a Administração.

- 4.1.1. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) e demais legislações pertinentes, assim como com os dispositivos que compõem as instruções normativas em vigência geral e no Estado de Rondônia.
- 4.1.2. Durante a vigência da garantia a contratada deverá responsabilizar-se pelo objeto deste Termo de Referência, bem como encargos relacionados ao atendimento em garantia do produto sem qualquer ônus a este Departamento.
- 4.1.3. Deverá ser prestada Assistência Técnica ao objeto em observância à Lei nº 8.078/90. Portanto, é imprescindível que a empresa fornecedora disponha de assistência técnica autorizada no território nacional, capaz de realizar manutenções preventivas e corretivas dentro de prazos compatíveis com a continuidade das atividades de campo.
- 4.1.4. O fornecimento de manual técnico, lista de peças sobressalentes e plano de manutenção recomendada deverá acompanhar o equipamento, garantindo que a equipe do órgão possa realizar os cuidados básicos de conservação e operação segura.
- 4.1.5. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fará a comunicação à contratada, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

#### **5. DA GARANTIA CONTRATUAL**

5.1. Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de bem permanente com entrega única e pagamento condicionado ao recebimento definitivo, bem como que os riscos contratuais são mitigados por meio de cláusulas de aceitação, garantia técnica do fabricante e aplicação de sanções administrativas, conclui-se que a exigência de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não se mostra necessária, podendo, inclusive, restringir a competitividade e onerar indevidamente a contratação.

#### **6. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

- 6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).
- 6.2. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.
- 6.3. Contrato poderá ser prorrogado, conforme as diretrizes do Art. 146 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.
- 6.4. A prorrogação que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no contrato.
  - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato com informações que as aquisições tenham sido prestadas regularmente.
  - c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.
  - d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 6.5. A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o art. 104, inciso I e o art. 124, inciso I todos da Lei n. 14.133/21.

#### **7. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

- 7.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a licitante vencedora possa cumprir o objeto desta licitação.
- 7.2. Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização;
- 7.3. Implementação de sistemas ou ferramentas de acompanhamento e gestão que permitam monitorar o cumprimento de cláusulas contratuais e prazos.
- 7.4. Ressalta-se que deve ser observado que os agentes públicos que irão desempenhar funções essenciais à execução da Lei devem ser, preferencialmente servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente da Administração.
- 7.5. Embora haja servidores com capacidade para gerir e fiscalizar o contrato no Departamento, recomenda-se caso o gestor de contratos ou fiscais (administrativo e técnicos) não tenham realizado cursos de capacitação específica no que tange a algum dos assuntos elencados a seguir, é necessário que os mesmos sejam instruídos nesta seara a fim de evitar equívocos relacionados a interpretação e execução dos serviços a eles imputados, como:
- Curso capacitação específica na nova lei de licitações de número 14.133, de 1º de abril de 2021;
  - Curso de capacitação quanto à gestão e/ou fiscalização de contratos;
  - Treinamento em legislação de contratos públicos para os envolvidos na gestão do contrato;
  - Capacitação em técnicas de gestão de contratos, incluindo monitoramento de prazos, custos e qualidade, além da identificação e resolução de riscos.

#### **8. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS**

- 8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como as disposições gerais previstas na seção III do Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024.
- 8.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data de apresentação da proposta de preços.
- 8.3. Após o interregno de um ano, a contratada deverá apresentar requerimento expresso para reajuste dos preços iniciais, contado a partir da proposta, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 8.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
- 8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 8.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio

de termo aditivo;

8.9. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com a alínea d, inciso II, do Art. 124 Lei nº 14.133, de 2021;

8.10. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual nº 28.874/2024);

8.11. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 156 e artigos 163 a 164, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

8.12. O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

8.13. O prazo de resposta ao pedido do reajuste se dará no máximo em 60 (sessenta) dias.

8.14. A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos, conforme o rol elencado no Art. 164 do Decreto Estadual Nº 28.874/24:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;

III - documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;

IV - ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e

V - pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.

§ 1º A Pasta responsável pelo contrato deverá analisar fundamentadamente o pedido do contratado, verificando:

I - se os fundamentos da imprevisibilidade suscitados pelo contratado efetivamente configuram fato superveniente e álea extraordinária, que guarda nexo causal com a variação de preços, apta a inviabilizar a execução contratual nos termos originalmente pactuados;

II - se foram apresentados documentos que comprovam que o contratado efetivamente arcou com os ônus da oscilação de preços durante o período respectivo;

III - quando o pedido se embasar na oscilação de preços de apenas alguns itens, se eventuais oscilações de preços de outros insumos reduziram os encargos do contratado, de modo a manter equilíbrio econômico-financeiro do contrato como um todo;

IV - se o pedido se fundamenta em algum fator de risco alocado no contrato sob a responsabilidade do contratado;

V - se houve culpa do contratado pela majoração dos seus encargos e/ou se ele deu causa a atrasos injustificáveis no cronograma da obra ou serviço;

VI - qual o saldo remanescente posterior ao fato gerador.

§ 2º A Pasta deverá cotejar os preços alegados pelo contratado com a realidade do mercado, realizando sua própria pesquisa, na forma do art. 51 deste Decreto.

§ 3º O contratado deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 4º A revisão deve se dar, em regra, com efeitos retroativos, a contar da data do evento que ocasionou a alteração da equação econômico-financeira da proposta, devendo a parte formular o pedido tão logo tenha conhecimento da repercussão dos fatos supervenientes.

§ 5º A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

8.15. Nas hipóteses de alterações contratuais e dos preços, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual 28.874/2024.

## 9. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS

9.1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

9.2. O contrato poderá rescindir a qualquer tempo, mediante decisão judicial ou denúncia escrita entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ocorrendo quaisquer das situações prevista no Art. 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social ou para aprendiz.

9.3. A extinção do contrato poderá ser motivada nos autos do processo de acordo com art. 138. da Lei Federal n. 14.133/21, *in verbis*:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

## 10. DOS PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos. Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:

### I - Procedimentos de Transição:

a) Continuidade da Gestão: Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização com apoio da gerência de contratos e fiscalização, conforme descrito no item VII, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado.

b) Penalidades: Em caso de surgimento de ocorrências devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa contratada, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa contratada para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

### II - Procedimentos de Finalização:

a) Cumprimento das Obrigações: Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de

produtos ou serviços, entre outros.

- b) Liquidar Pendências: Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas.
- c) Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento: Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia.
- d) Documentação Final: Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas.
- e) Desmobilização de Recursos Financeiros: Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.
- f) Análise de Resultados e Lições Aprendidas: Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

III - **Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na alínea d) do item II;

IV - **Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na alínea d) do item II;

V - **Início do acompanhamento da garantia**, que inicia contagem a partir da data de fornecimento do objeto contratado;

VI - **Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público** pelo setor responsável;

VII - Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenadoria responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia.

## 11. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei Federal n. 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os [arts. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

11.5. **DA GESTÃO DO CONTRATO:** O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, que cabe a ele seguir as funções expostas no [art. 20 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024](#).

11.6. **DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** Será designado para a função de fiscal de contrato servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes às funções expostas no [art. 22 do Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024](#).

11.6.1. Caberá ao **fiscal técnico** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 23 do Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024.

11.6.2. Caberá ao **fiscal administrativo** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 24 do Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024.

11.6.3. Os relatórios elaborados pela fiscalização do contrato administrativo deverão abordar, no que couber, os pontos elencados no [art. 25 do Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024](#).

11.6.4. Caso a execução do contrato ocorra em setores distintos ou em unidades descentralizadas, será designado fiscais setoriais nos locais, de modo que haja acompanhamento na execução nos aspectos técnicos ou administrativos, conforme previsão do §1º, do [art. 19 do Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024](#).

## 12. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

12.1. Conforme item 19 do Termo de Referência - Anexo I do Edital:

12.2. A contratada deverá realizar a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

12.3. A entrega se dará de forma integral, em até **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir do recebimento pela Contratada da Ordem de Fornecimento ou da nota de Empenho, o que ocorrer primeiro. Este prazo poderá ser ampliado em casos excepcionais, mediante justificativa, desde que haja a concordância da Administração.

12.4. O objeto deverá ser entregue na quantidade solicitada e de acordo com as especificações disponibilizadas em Termo de Referência e Contrato;

12.5. O objeto deverá ser entregue na 13ª RR- Residência Regional - DER/RO, situada na Rua Antônio Lacerda, 4168 – Setor Industrial. CEP – 76.821-038, no município de Porto Velho/RO. Horário de funcionamento: 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

12.6. A Contratada deverá entregar o objeto em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega do objeto, consignando-se os motivos.

12.7. O recebimento do objeto da compra se dará conforme o disposto no [art. 140, inciso II](#) e seus parágrafos, da [Lei n.º 14.133/2021](#), e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

12.7.1. provisoriamente, de forma sumária em até 02 (dois) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

12.7.2. definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

12.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e/ou Termo de Referência e com a proposta;

12.9. A critério exclusivo da Comissão de Recebimento, poderão ser realizados testes nos materiais de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência.

12.10. Sendo satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.

12.11. Caso insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o respectivo objeto integrante do Termo de Referência em questão será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando se realizar novamente as verificações necessárias.

12.12. Caso a substituição não ocorra neste prazo, a contratada incorrendo em atraso na entrega, estará sujeita à aplicação das sanções previstas.

12.13. Os custos da substituição do objeto rejeitado desta aquisição ocorrerão exclusivamente a expensas da contratada.

12.14. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar qualquer irregularidade detectada quando da utilização do mesmo.

12.15. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

- 12.16. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 12.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes.
- 12.18. O Recebimento Definitivo será dado após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).
  - b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
  - c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 12.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas no fornecimento do objeto ou no instrumento de cobrança.

### 13. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O Governo do Estado de Rondônia, por meio do Departamento Estadual de Estradas e Transportes - DER/RO, possui a obrigação legal de promover a expansão e zelar pelas rodovias do Estado, consideradas bens públicos por determinação legal (Lei nº 10.406/02 - Código Civil), além da Lei de Responsabilidade Fiscal atribuir ao administrador público a obrigação de conservá-los e/ou preservá-los.

13.1.1. A Lei Complementar nº 965/2017 estabeleceu no art.98, alterada pela LC nº 1.060/2020, que a finalidade do DER tem por promover, administrar, supervisionar e fiscalizar as obras rodoviárias e os transportes do Estado de Rondônia, competindo-lhe:

I - elaborar, executar e fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações, orçamentos, locação, construção, reconstrução e melhoramento das estradas de rodagem estaduais, inclusive pontes e demais obras de arte especial;

[...]

Visando ainda garantir o exposto no art. 1º da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, vejamos:

“§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.”

13.1.2. Ainda, é importante considerar os seguintes pontos acerca das obras de infraestrutura na rodoviárias do Estado de Rondônia:

1. **Estado da malha viária:** O Sistema Rodoviário de Rondônia está composto por rodovias federais, estaduais e municipais, possuindo aproximadamente 27,5 mil km de rodovias, das quais aproximadamente 3.382 km estão pavimentadas. As rodovias estaduais de Rondônia são importantes para a economia e integração da região, pois são elas que interligam os municípios fora do eixo da BR 364 e garantem fluidez dos transportes e escoamento de produções.
2. **Crescimento econômico:** Rondônia tem apresentado um crescimento econômico expressivo nos últimos anos, impulsionado principalmente pela expansão da agropecuária, indústria e serviços. Esses setores têm gerado um aumento significativo no fluxo de bens, serviços e pessoas pelas estradas do estado, o que ocasiona uma sobrecarga na malha rodoviária existente e a necessidade de construção e ampliação de novas vias. Além disso, Rondônia tem se destacado como um importante polo de produção agropecuária, sendo responsável pela produção de grãos, como soja e milho, e carnes, como bovina e suína, com grande impacto na economia nacional. O escoamento dessa produção depende da qualidade e capacidade das estradas e rodovias do estado, o que reforça a necessidade de investimentos em obras rodoviárias. O estado de Rondônia também tem investido em políticas públicas que visam atrair novos investimentos e empreendimentos para a região, como incentivos fiscais e programas de financiamento. Essas medidas tendem a trazer novos fluxos de transporte e comércio para o estado, o que reforça ainda mais a necessidade de investimentos em obras rodoviárias para garantir a infraestrutura adequada para o desenvolvimento econômico sustentável do estado.
3. **Segurança viária:** segurança viária é uma das principais preocupações no planejamento de obras rodoviárias. Segundo dados do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), o estado de Rondônia registrou uma média de 9.579 acidentes de trânsito por ano entre 2018 e 2021, com uma média de 375 mortes por ano no mesmo período. Os registros de acidentes em rodovias de jurisdição estaduais representam 10,98% da média geral, com um percentual de 16,13% da média geral referente a óbitos. Esses números mostram que é essencial investir em melhorias na infraestrutura rodoviária do estado para aumentar a segurança viária e reduzir o número de acidentes e mortes nas estradas. Isso pode incluir a construção de novas rodovias, duplicações de trechos já existentes, readequação de curvas e sinalização adequada. Além disso, as obras rodoviárias podem contribuir para a redução do tempo de viagem e a melhoria da qualidade do transporte de cargas, o que também pode resultar em maior segurança viária, uma vez que caminhões em boas condições e em velocidade adequada reduzem os riscos de acidentes.
4. **Condições climáticas:** As condições climáticas podem influenciar significativamente a durabilidade das obras rodoviárias. As condições climáticas podem afetar a segurança e a qualidade das rodovias em Rondônia e incluem as chuvas intensas, que podem causar erosão do solo, deslizamentos de terra e enchentes, comprometendo a estabilidade das encostas e das pontes.

13.2. Neste contexto, o DER, como órgão executivo da Política Estadual de Estradas e Transportes do Estado, deve utilizar técnicas modernas e procedimentos racionais e otimizados para a expansão de sua infraestrutura rodoviária, bem como garantir a preservação ambiental e maior vida útil às obras já executadas, visando proporcionar um transporte mais eficiente, sustentável, seguro e confortável aos usuários das rodovias rondonienses.

13.3. Há de se observar que a malha viária estadualizada é extensa e atende a todos os municípios do estado, o que resulta em um raio de abrangência para manutenção de grande extensão, nas quais as obras de arte especiais são de extrema importância pois são responsáveis por promoverem integração regional e condicionar, em especial, o tráfego de caminhões e máquinas, contribuindo com o agronegócio, proporcionando deslocamentos de máquinas durante a safra, bem como o escoamento final da produção agrícola, além disso, também exercem papel fundamental no que diz respeito ao transporte escolar e abastecimento dos municípios. Portanto, levando em consideração as funções econômicas e sociais exercidas por uma ponte, retirá-la de serviço ou restringir sua carga máxima aceitável gera perturbações no devido andamento das rodovias, acarretando prejuízos à população em geral. A interdição de uma ponte, além de gerar transtornos, pode vir a ser a causa de acidentes, comprometendo a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares nas localidades atingidas.

13.4. Outro fator relevante, trata-se do fato do Poder Executivo do Governo de Rondônia através do planejamento estratégico (2024-2027) definiu que o desenvolvimento humano, econômico e social de Rondônia deve ser considerado para atender a sete eixos temáticos distintos: Desenvolvimento Econômico; Cidadania; Educação; Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial; Saúde; Segurança Pública; e Gestão Estratégica.

13.5. Nesse quesito, estabeleceu no 1º eixo temático, o de Desenvolvimento Econômico, como o Desafio de número 3 o de Modernizar e ampliar a infraestrutura intermodal e logística. Nesse desafio, tem-se como resultado até o ano de 2027 o de ampliar para 35% a malha estadual pavimentada, tendo como meta 107,51 km pavimentados até 2027. Outro resultado previsto é a meta de manter toda a malha rodoviária (pavimentada e não pavimentada) em estado conservada.

13.6. Nesta senda, o Governo Estadual através do DER/RO tem investido em ações que alcance os resultados planejados, empenhando os esforços na execução de melhorias da malha viária estadual através de regime de execução direta e indireta.

13.7. Ainda, a malha viária estadual possui pontes que comportam um fluxo diário considerável de veículos, inclusive de veículos de transporte de carga. Diante disso, os investimentos através do regime de execução indireta onde o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem e Transportes- DER/RO, está promovendo melhorias na malha rodoviária do Estado de Rondônia visando equacionar problemas de trafegabilidade em Rodovias Estaduais, principalmente nos locais de pontes com largura estreita e apresentado problemas estruturais.

13.8. A proposição ora apresentada é de suma importância tendo em vista a necessidade de melhorias constantes nas rodovias, inclusive, com pavimentações previstas. A pavimentação das rodovias aumentará o fluxo de veículos, incluindo veículos de carga pesada, o que exigirá uma ponte capaz de suportar esse aumento de demanda. Pontes de apenas uma faixa de tráfego bem como pontes de madeira, criam um gargalo na rodovia, causando retenções e aumentando o risco de acidentes. A



ampliação para duas faixas e a adoção de estruturas definitivas permite que veículos em sentidos opostos possam cruzar a ponte simultaneamente, melhorando o fluxo e a segurança.

13.9. No entanto, a elaboração de anteprojetos e projetos depende de estudos geotécnicos que possibilitem o dimensionamento da infraestrutura e, atualmente, o DER/RO não dispõe de equipamento próprio para execução direta desses ensaios, dependendo exclusivamente de contratação de terceiros. Embora exista credenciamento aberto para serviços de sondagem (Processo SEI nº 0009.011580/2024-66), verificou-se baixa adesão de empresas interessadas, com cobertura restrita a determinadas regiões do Estado, permanecendo parte significativa da malha rodoviária sem atendimento adequado.

13.10. Essa limitação tem ocasionado atraso na elaboração de projetos, comprometimento do cronograma de obras estratégicas e dificuldade de atendimento simultâneo das demandas. Considerando que a malha rodoviária estadual é extensa e que diversas pontes existentes demandam substituição ou adequação estrutural, a inexistência de estrutura própria de sondagem compromete a eficiência do planejamento e execução das obras públicas rodoviárias.

13.11. Em suma, esta dependência de mercado restrito, sujeita o DER/RO a atrasos, custos adicionais e insegurança operacional na condução de seus projetos estruturais.

#### **14. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

14.1. A fim de equalizar o nível de serviço das pontes com o nível de serviço das rodovias, evitando acidentes e promovendo o conforto e segurança dos que trafegam por estes trechos, a eficiência do tráfego e a durabilidade das infraestruturas, surge a necessidade de que as pontes existentes passem a comportar duas vias de tráfego e/ou, no caso das pontes de madeira, que sejam substituídas por estruturas definitivas e, para isso, se faz necessária a elaboração de projetos e/ou anteprojetos.

14.2. Para realizar a elaboração de projetos e/ou anteprojetos para a construção de novas pontes ou a substituição de pontes existentes que representam certo grau de risco ao tráfego, é imprescindível que sejam previamente realizados ensaios geotécnicos para a determinação do tipo, bem como do cálculo de dimensionamento das fundações, sendo exigido como requisito básico e fundamental um adequado conhecimento do subsolo para avaliação da capacidade de suporte das camadas de solo sobre as quais se apoiará a estrutura que se deseja construir, tendo em vista que a investigação geotécnica, além de permitir a identificação de características geométricas e estruturais que podem condicionar determinadas soluções, fornece também parâmetros fundamentais para a elaboração de projetos e análises das características do local.

14.3. Neste cenário, a sondagem é um tipo de investigação do subsolo, amplamente utilizado no Brasil e no Estado de Rondônia. Conforme definição básica é o ato de sondar, ou seja, investigar, observar, analisar, vigiar ou verificar algo ou alguma coisa. Busca avaliar as condições do terreno onde será feita a construção. É um procedimento normatizado pela Associação de Brasileira de Norma Técnicas - ABNT, tendo como principais normas técnicas as NBR's 6.484/2020; 6.502/2022; 7.181/2016; 8.036/1983; 13.441/2021 e 15.492/2007. Segundo ainda a NBR 6.122/2022, para qualquer edificação deve ser feita a investigação geotécnica preliminar, constituída no mínimo por sondagens à percussão (SPT) e, no caso de pontes, é necessária uma investigação complementar através de sondagens mistas (percussão e rotativa).

14.4. A sondagem a percussão com ensaio SPT é a técnica de engenharia mais utilizada para obtenção de amostras de solo. Isso acontece porque o seu custo é relativamente baixo, é de fácil execução e pela simplicidade dos equipamentos utilizados. Além disso, possibilita que o trabalho seja executado em áreas de difícil acesso. A sondagem rotativa é um método de investigação que consiste no uso de um conjunto motomecanizado destinado à perfuração de maciços rochosos e obtenção de amostras de materiais rochosos com formato cilíndrico, chamadas de testemunho.

14.5. Sondagem mista é o método de investigação que conjuga a sondagem à percussão para o trecho em solo e sondagem rotativa para o trecho em rocha. Dessa forma, aplicam-se às Sondagens mistas os mesmos procedimentos das sondagens rotativas e das sondagens à percussão.

14.6. A fim de sanar tais demandas relativas à sondagens geotécnicas, este Departamento de Estradas de Rodagem possui em aberto um Credenciamento de empresas especializadas em serviços técnicos comuns de Engenharia relacionados à sondagens geotécnicas do tipo SPT e Rotativa em áreas sob jurisdição do Governo Estadual do Estado de Rondônia, o qual pode ser consultado no Processo SEI Nº 0009.011580/2024-66. No entanto, apesar do lapso temporal decorrido desde sua abertura, ocorrida em abril de 2025, apenas uma empresa demonstrou interesse na prestação deste serviço, e apenas para as regiões correspondentes à Porto Velho e Ariquemes, restando as demais regiões sem previsão de atendimento em relação a este serviço.

14.7. Nesta seara, tendo em vista que estes ensaios de sondagem são serviços que o presente DER-RO necessita recorrentemente, a aquisição de equipamento para sondagens geotécnicas surge como uma alternativa pois possibilita que este Departamento realize tais serviços diretamente, promovendo diversas vantagens técnicas, econômicas e operacionais. Sob o aspecto operacional, a execução direta das sondagens permitirá maior celeridade na elaboração de projetos, autonomia institucional, melhor integração entre equipe de projetos e equipe de campo e priorização estratégica conforme planejamento do DER/RO.

14.8. No aspecto econômico, considerando a recorrência das demandas de sondagem para obras novas, ampliações e substituições de pontes, a internalização do serviço tende a reduzir custos de médio e longo prazo, especialmente diante da limitação de fornecedores no mercado regional e da baixa competitividade observada no credenciamento vigente.

14.9. A elaboração de projetos e posterior conclusão das obras, futuramente frutos dos estudos geotécnicos a serem realizados por meio das sondas adquiridas através do presente processo, possui o propósito de oferecer condições de tráfego, com segurança, trazendo melhorias na qualidade de vida da população dos municípios e distritos da área de abrangência, evitando o isolamento oferecendo um deslocamento seguro aos usuários. Por conseguinte, garantindo o desenvolvimento econômico da região. Tal medida, visa, portanto, garantir a travessia sobre os cursos d'água, fator essencial para manter a conectividade e para o suporte das atividades econômicas e sociais locais.

#### **15. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

15.1. A solução para a questão levantada é a Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa).

15.2. Neste sentido, o equipamento utilizado para a realização de ensaios geotécnicos do tipo sondagem à Percussão (SPT - Standard Penetration Test), também conhecido como sondagem de simples reconhecimento, consiste em um barrilete amostrador padronizado (tipo Raymond) que é cravado no solo por meio de um martelo de 65 kg que cai sucessivamente em queda livre de uma altura de 75 cm em um ressalto que se localiza na parte superior do hasteamento. A amostragem é feita a cada metro e o avanço da perfuração se dá pelo uso de trado ou lavagem com uso de trépano para circulação de água. O ensaio SPT, além de fornecer medidas de resistência metro a metro, permite a determinação do nível d'água, a caracterização do material, coleta de amostras (deformadas) e o limite solo/rocha. Os principais materiais necessários para a execução do ensaio consistem em:

- a) Tripé com roldana;
- b) Guincho mecânico ou Moitão;
- c) Trado concha e helicoidal;
- d) Hastes e Luva de aço galvanizado;
- e) Alimentador de água;
- f) Cruzeta, Trépano e T de lavagem;
- g) Barriletes amostradores e peças para sua cravação;
- h) Martelo com 65kg e guia;
- i) Tubos de revestimento;
- j) Torquímetro;
- k) Bomba de água;
- l) Abraçadeiras para revestimento;
- m) Abaixadores e Alçadores para hastes;
- n) Saca-tubos;
- o) Bomba-balde (baldinho com válvula de pé);
- p) Chaves de grifo;
- q) Metro ou Trena;
- r) Recipientes herméticos (tipo copo) para amostras;



- s) Sacos plásticos transparentes de alta resistência;
- t) Etiquetas para identificação;
- u) Medidor de nível de água; e
- v) Outros.

15.3. O equipamento utilizado para a realização de sondagens rotativas, por sua vez, consiste em um conjunto de equipamentos que trabalham de modo mecanizado, perfurando rochas, em formato cilíndrico, através de sua ação cortante, o qual é constituído pelos seguintes elementos principais:

- a) Sondas rotativas com torres ou tripés;
- b) Conjunto bomba-motor capaz de fornecer suficiente vazão e pressão às profundidades e diâmetros a serem perfurados;
- c) Hastes;
- d) Barriletes;
- e) Coroas;
- f) Amostrador;
- g) Luvas alargadoras (calibradores);
- h) Tubos de revestimento; e
- i) Demais acessórios e ferramentas.

15.4. Ante o exposto, o equipamento a ser fornecido deve conter características suficientes para a realização de ambos os ensaios, portanto, este deve possuir conjunto de equipamentos que englobem tanto os ensaios de sondagem percussiva quanto de sondagem rotativa.

15.5. Ademais, o corpo técnico do presente DER-RO entende que este deve possuir as seguintes características:

- a) Estar apto a executar **sondagem percussiva tipo SPT** até **30 m** de profundidade (conforme especificações adotadas nos últimos processos);
- b) Estar apto a executar **sondagem rotativa em rocha** de, no mínimo, **5 m** após o encontro de camada em rocha (conforme especificações adotadas nos últimos processos);
- c) Estar apto a executar em condições de campo nos 52 municípios do Estado, com deslocamento e mobilização compatíveis com a malha rodoviária existente;
- d) Dispor de sistema hidráulico automatizado, de forma a garantir a repetição dos ensaios sem desgastes demasiados;
- e) Proporcionar a segurança da equipe (Execução de serviços com minimização de riscos);
- f) Atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis (NBR 6484, NBR 15492, etc.);
- g) Incluir peças sobressalentes essenciais, em razão da morosidade e complexidade do processo licitatório para reposição futura;
- h) Incluir treinamento operacional presencial em Porto Velho, capital de Rondônia, considerando que não há fabricante local desse tipo de equipamento;
- i) Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses sem custo adicional para a Administração nesse período.

#### 15.6. **PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE**

15.6.1. O equipamento deverá atender aos seguintes padrões mínimos:

- a) Dispor de sistema hidráulico automatizado, de forma a garantir a repetição dos ensaios sem desgastes demasiados;
- b) Dispor de estrutura metálica reforçada, adequada a operação em campo sob condições severas (umidade elevada, solos argilosos, terrenos irregulares) com proteção anticorrosiva;
- c) Proporcionar a segurança da equipe (Execução de serviços com minimização de riscos);
- d) Atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis (NBR 6484, NBR 15492, etc.);
- e) Incluir peças sobressalentes essenciais, em razão da morosidade e complexidade do processo licitatório para reposição futura;
- f) Incluir treinamento operacional e de manutenção preventiva presencial em Porto Velho, capital de Rondônia, considerando que não há fabricante local desse tipo de equipamento;
- g) Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses sem custo adicional para a Administração nesse período.

#### 15.7. **CRITÉRIOS TÉCNICOS ESSENCIAIS**

15.7.1. O equipamento deverá, no mínimo:

- a) Executar sondagem SPT conforme padrão normativo (martelo padronizado de 65 kg, queda livre de 75 cm);
- b) Permitir execução de sondagem rotativa com recuperação de testemunho;
- c) Estar apto a executar **sondagem percussiva tipo SPT** até **30 m** de profundidade (conforme especificações adotadas nos últimos processos);
- d) Estar apto a executar **sondagem rotativa em rocha** de, no mínimo, **5 m** após o encontro de camada em rocha (conforme especificações adotadas nos últimos processos);
- e) Estar apto a executar em condições de campo nos 52 municípios do Estado, com deslocamento e mobilização compatíveis com a malha rodoviária existente;
- f) Operar em solo e rocha com torque e rotação adequados;
- g) Permitir circulação de fluido de perfuração;
- h) Apresentar dimensões compatíveis com transporte em rodovias estaduais;
- i) Apresentar estabilidade operacional garantida por sistema de nivelamento.

#### 15.8. **REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

15.8.1. O equipamento deverá:

- a) Possuir motor com tecnologia que atenda, no mínimo, aos padrões nacionais vigentes de controle de emissões;
- b) Dar preferência por motores com menor consumo específico de combustível;
- c) Possuir sistema hidráulico com eficiência energética comprovada.
- d) Conter sistema de contenção de vazamentos de óleo hidráulico;
- e) Dispor de dispositivos que permitam recolhimento e destinação adequada de resíduos de perfuração;
- f) Apresentar baixo nível de emissão sonora compatível com operação em áreas habitadas;

- g) Apresentar vida útil estimada mínima compatível com bens permanentes de engenharia (10 anos ou superior);  
h) Possuir custo de manutenção compatível com a realidade orçamentária do DER/RO.

#### 15.9. VEDAÇÕES TÉCNICAS

- a) Não serão admitidos equipamentos adaptados sem certificação do fabricante;  
b) Não serão aceitos equipamentos sem comprovação de capacidade para execução simultânea de SPT e rotativa;  
c) Não será admitido equipamento cuja assistência técnica esteja restrita ao exterior sem representante no Brasil.

#### 16. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

16.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada de acordo com o Art. 23 da Lei 14.133/21, o qual instrui:

"§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento."

16.2. Portanto, em consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com objetos correlatos ao deste estudo no Estado de Rondônia, não foram encontradas contratações similares ao objeto desejado e, por conta disso deu-se seguimento então ao procedimento de cotação dos serviços com empresas da região para identificação do preço praticado no mercado, conforme explanado abaixo.

16.3. No que tange às contratações similares feitas pela Administração Pública, não foram encontradas outras contratações em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

16.4. Ademais, os dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, como o SICRO, não possuem as informações necessárias para a aquisição do equipamento.

16.5. Desse modo, tendo em vista, ainda, a existência de condições particulares, como os custos de mobilização e desmobilização, conforme exposto, os quais são dependentes da distância ao local de entrega do equipamento, além dos custos relativos à treinamentos solicitados, a estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, de acordo com o inciso IV, pertencente ao Art. 23, da Lei 14.133, descrito anteriormente.

16.6. A escolha dos fornecedores selecionados para cotação se justifica com base em critérios como:

- Experiência prévia, qualidade e capacidade de fornecimento comprovada;
- Especialização técnica: buscou-se por fornecedores que possuem uma especialização técnica que os torna adequados para atender às necessidades específicas do contrato em questão, principalmente tendo em vista a quantidade reduzida de fornecedores de equipamentos de sondagens do tipo mista;
- Avaliações de desempenho anteriores: os fornecedores possuem uma reputação sólida no mercado, demonstrando consistência e confiabilidade em suas entregas.

16.7. A solicitação de cotações foi realizado através do envio do E-mail - Cotação de Aquisição de Eqp. de Sondagem Mista (67877341). Dentre as empresas consultadas, apenas 3 (três) realizaram o envio do material solicitado, cujas propostas estão anexas ao presente processo.

16.8. O Quadro Comparativo de Preços, por sua vez, está disposto em Quadro Comparativo de Preços (69643118) e pode ser observado a seguir:

Quadro Comparativo de Preços

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS												
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	PROPOSTA 01	PROPOSTA 02	PROPOSTA 03	PREÇO MÍNIMO	MEDIANA DO PREÇO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO	SUBTOTAL MÍNIMO
1.0	Equipamento para execução de Sondagem Mista (contemplando frete e treinamento)	und.	1,00	R\$ 450.000,00	R\$ 871.765,00	R\$ 736.622,00	R\$ 450.000,00	R\$ 736.622,00	R\$ 215.368,49	29,24%	MEDIANA	R\$ 450.000,00
VALOR TOTAL												R\$ 450.000,00

#### 17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após habilitação para pagamento, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, contados da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes. O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega.

17.2. No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município de **Porto Velho**.

17.3. No caso de prestação de serviço ou fornecimento de bens a retenção de imposto de renda será na fonte, sendo destacado o imposto na nota fiscal, com a finalidade de viabilizar o cumprimento da obrigação tributária pelo Estado de Rondônia e atenuar os casos de recusa por parte do fornecedor e/ou dificuldade no procedimento de retenção.

17.4. O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluam todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos de licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

17.5. Obedecido ao Cronograma Físico apresentado, será procedida à medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a contratada deverá apresentar na sede do DER/RO, a Nota Fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao Setor Financeiro junto com a documentação completa e respectiva medição. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

17.6. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Concorrência Eletrônica e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

17.7. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

17.8. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente do país, com o prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do atesto na respectiva Nota

Fiscal.

17.9. O DER/RO pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos.

17.10. Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluam todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos de licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

17.11. Obedecido ao Cronograma Físico apresentado, será procedida à medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar na sede do DER/RO, as notas fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras do DER/RO, após devidamente atestada pela comissão de fiscalização e gestão designada.

17.12. As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

17.13. Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

17.14. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

17.15. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei nº. 14.133/2021.

17.16. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$  I = .....

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

17.17. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

17.18. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

17.19. Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

17.20. O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

17.21. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

17.22. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.

17.23. A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:

17.24. Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “*Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.*”

17.25. Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

17.26. O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

17.27. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária, observando-se ainda a legislação específica de cada município.

17.28. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

17.29. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

17.30. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

17.31. A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.

17.32. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

17.33. Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

17.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.36. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.38. As medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas desde que devidamente cumpridas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

17.39. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

17.40. Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.

17.41. Cabe observar que etapas que sejam correlacionadas e/ou que para garantia da sua efetividade necessitam que outras etapas sejam executadas, devem ser executadas em sequência e, se possível, concomitantemente, ficando a critério da fiscalização o recebimento.

17.42. Em estrita observância à Instrução Normativa da SEFIN/RO e demais normas do Estado de Rondônia, a retenção na fonte do Imposto de Renda (IRRF) sobre os pagamentos efetuados pelo Contratante será realizada em conformidade com a legislação federal aplicável, tendo o Estado de Rondônia a titularidade da respectiva receita. Fica a Contratada obrigada a informar no documento fiscal o valor do IR, devendo ser observada a alíquota correspondente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme as tabelas anexas à IN RFB nº 1.234/2012, aplicáveis ao Estado de Rondônia.

I - As empresas optantes pelo Simples Nacional (Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP) ficam dispensadas da retenção do IRRF, conforme Instrução Normativa RFB nº 765/2007, e do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) pelo Contratante, desde que apresentem, no ato da assinatura do contrato e de suas prorrogações, a declaração de que trata o Anexo II da IN nº 10/2025/SEFIN-COTES ou suas alterações.

II - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão, ainda, apresentar em conjunto com a Nota Fiscal/Fatura, o comprovante do recolhimento mensal (Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS) referente ao período de apuração anterior, como forma de comprovação de sua regularidade fiscal perante o regime tributário diferenciado.

III - A falta da declaração de que trata o item 'I' ou do comprovante do item 'II' sujeitará a Contratada à retenção do IRRF sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço, e a retenção do ISSQN se aplicará, conforme a legislação municipal. A Contratada tem o dever de informar imediatamente qualquer alteração em seu regime tributário.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

18.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

18.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

18.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

18.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

18.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

18.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

18.7. Cientificar a Procuradoria-Geral do Estado e Controladoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, conforme previsto no 2º, do art. 184 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

18.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

18.9. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme previsto no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

18.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

18.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital de licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto tais como frete, impostos e demais taxas referentes à entrega do material devendo estes ser inclusos no valor da proposta.

19.2. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no procedimento licitatório.

19.3. Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

19.4. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no local e prazo indicados na mesma.

19.5. Fazer acompanhar, quando da entrega do material, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.

19.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação para tal.

19.7. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER-RO ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

19.8. Deverão ser entregues também certificado de garantia, manual de operação e manutenção, catálogo de peças, todos em português.

19.9. O objeto deste termo deverá ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses pelo fabricante.

19.10. A licitante deverá possuir em seu corpo técnico com vínculo mecânicos/técnicos treinados e capacitados pelo fabricante, com comprovação via certificado do fabricante.

19.11. No ato da entrega técnica do equipamento a licitante por meio de seu mecânicos/técnicos treinados pelo fabricante, farão o treinamento dos operadores do contratante que receberão as orientações técnicas do equipamento.

19.12. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

19.12.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

19.12.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

19.12.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

19.12.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

19.12.5. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

19.12.6. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

19.12.7. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na dispensa de licitação eletrônica ou para qualificação na contratação direta;

19.12.8. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

19.12.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 19.12.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 19.12.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 19.12.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 19.12.13. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 19.12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 19.12.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 19.12.16. Realizar cadastro no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) por meio do site: <https://sei.ro.gov.br/>, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.
- 19.12.17. Assinar/Retirar o Instrumento Contratual ou documento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.

## 20. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

20.1. Não será permitido o parcelamento se tratando do caso específico do objeto do presente Termo de Referência, baseando-se nos §2º e §3º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, disposto a seguir:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...]

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

20.2. Neste sentido, tendo em vista que a pretensa contratação trata-se da aquisição de um item único e objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado, se torna inviável a sua divisão em lotes.

## 21. DOS RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS/MEDIDAS MITIGADORAS

21.1. A aquisição do equipamento de sondagem geotécnica em si não implica impactos ambientais diretos significativos, uma vez que se trata de fornecimento de bens duráveis. Entretanto, durante a utilização operacional deste equipamento em campo, podem ocorrer impactos ambientais pontuais e de baixa magnitude, associados à execução dos serviços de sondagem, os quais estão dispostos na Tabela 08:

Tabela 08 - Possíveis riscos e impactos, juntamente com possíveis medidas mitigadoras

Riscos/Impactos Ambientais	Medidas Mitigadoras
Geração de resíduos sólidos e pastosos decorrentes da perfuração, extração de amostras e uso de fluido de perfuração (lama bentonítica).	Implementar práticas sustentáveis de destinação adequada dos resíduos de perfuração e materiais utilizados, conforme normas ambientais e diretrizes municipais/estaduais de gestão de resíduos.
Risco de contaminação do solo e das águas superficiais/subterrâneas devido ao eventual descarte inadequado de resíduos ou fluidos utilizados.	Uso de bacias de contenção e lonas plásticas para evitar infiltração de lama ou óleos no solo.
Ruído e vibração gerados pelo funcionamento dos equipamentos de percussão e motobombas, com potencial incômodo em áreas urbanas ou sensíveis.	Manutenção preventiva dos equipamentos, a fim de evitar vazamentos de combustíveis, lubrificantes e fluidos hidráulicos; Execução dos serviços em horários adequados, observando os limites de ruído previstos em normas locais.
Emissão de gases poluentes proveniente de motores a combustão utilizados no acionamento dos equipamentos.	Planejamento da logística de operação, minimizando deslocamentos desnecessários e reduzindo a emissão de gases.
Compactação ou alteração do solo local causada pelo trânsito de veículos e montagem do equipamento em locais inadequados.	Recomposição do terreno após a execução das sondagens, garantindo a estabilidade e limpeza da área; Treinamento e capacitação das equipes, assegurando o correto manuseio dos equipamentos e o cumprimento das boas práticas ambientais.

## 21.2. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

21.2.1. É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

21.2.2. A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

21.2.3. A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações e normativas vigentes no que tange aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.

## 22. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

22.1. É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

22.2. A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

22.3. A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações e normativas vigentes no que tange aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.

## 23. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

23.1. A solução proposta consiste na aquisição de 01 (um) sistema completo de sondagem mista, apto à execução de ensaios de Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa, destinado à realização de investigações geotécnicas para elaboração de projetos e anteprojetos de pontes e demais obras de arte especiais no âmbito do DER/RO. A execução desses ensaios é essencial para a caracterização do subsolo e a definição dos parâmetros geotécnicos que subsidiam o dimensionamento das fundações e demais elementos da infraestrutura das obras de arte especiais.

23.2. A aquisição do equipamento permitirá que a Administração realize diretamente os ensaios de sondagem, reduzindo a dependência de contratações indiretas e assegurando maior agilidade na obtenção dos dados geotécnicos. Além disso, proporcionará melhor controle técnico sobre a execução dos serviços, padronização dos métodos empregados e disponibilidade imediata dos resultados para o desenvolvimento dos projetos/anteprojetos.

23.3. A presente solução contempla a aquisição de equipamento completo, acessórios e treinamento necessários à execução dos ensaios, observando as especificações técnicas que garantam desempenho, durabilidade e segurança, de modo a atender à demanda contínua de investigações geotécnicas vinculadas aos projetos de pontes executados pelo órgão.

23.4. O bens a serem entregues deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas disponibilizadas.

23.4.1. O sistema deverá operar de forma integrada, permitindo:

- Unidade perfuratriz motomecanizada;
- Sistema hidráulico completo;

- c) Torre/mastro com curso compatível com as profundidades usuais de investigação;
- d) Sistema de cravação para ensaio SPT (martelo padronizado de 65 kg com queda de 75 cm);
- e) Cabeçote rotativo com torque compatível para perfuração em solo e rocha;
- f) Bomba de circulação de fluido;
- g) Hastes, revestimentos, amostradores padrão e acessórios;
- h) Ferramental para recuperação de testemunho de rocha;
- i) Dispositivos de estabilização e nivelamento;
- j) Itens de segurança obrigatórios.

23.5. A solução não se restringe à perfuratriz isoladamente, mas compreende todo o arranjo técnico necessário para permitir a execução completa dos ensaios de sondagem mista, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

23.5.1. O sistema deverá operar de forma integrada, permitindo:

- I - Execução de Sondagem à Percussão (SPT): perfuração inicial com trado ou circulação de água, cravação do amostrador padrão, registro do índice de resistência à penetração, coleta de amostras deformadas.
- II - Execução de Sondagem Rotativa: perfuração com coroa diamantada ou ferramenta equivalente, recuperação de testemunho contínuo, identificação e classificação geomecânica do maciço rochoso, registro de profundidade e controle de avanço.

23.6. Ainda, a solução deverá contemplar plano de manutenção preventiva recomendado pelo fabricante, garantia mínima contra defeitos de fabricação, disponibilidade de peças de reposição no território estadual, assistência técnica autorizada no território brasileiro e treinamento operacional e de manutenção preventiva para equipe do DER/RO

## 24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

24.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: [supelcogen2@gmail.com](mailto:supelcogen2@gmail.com);

24.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9243 ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

24.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

24.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

24.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 25. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

25.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

25.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

25.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

25.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

25.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

25.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

25.6. **Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

25.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

25.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

25.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

25.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021; 4.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

25.6.3. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

25.6.4. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 26. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

26.1. A participação de cooperativas será **vedada**, pois deverá ser observada a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que versa: “é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”.

26.2. Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços.

26.2.1. Por fim, o § 2º do Art. 10 da Instrução Normativa Nº 5, de 26 de maio de 2017 versa:

"§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação."

26.3. Deste modo, o entendimento do presente setor técnico é o de que é inviável a participação de cooperativas, em especial considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

## 27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1. Fica **vedada** a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação, nos termos do [art. 122, § 2º da Lei 14.133/2021](#):



27.2. A justificativa para vedação da subcontratação total ou parcial do objeto fundamenta-se na necessidade de garantir a execução direta das obrigações pela empresa contratada, assegurando a qualidade, a rastreabilidade e o controle técnico sobre o fornecimento dos bens.

27.3. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração estabelecer vedações à subcontratação quando esta puder comprometer a execução contratual ou a adequada fiscalização do contrato. No caso em questão, a execução direta é essencial para assegurar que os bens sejam fornecidos conforme as especificações técnicas exigidas, bem como para garantir a responsabilidade integral do contratado quanto à origem, qualidade e desempenho dos equipamentos.

27.4. Ainda, o teor da presente contratação, considerando tratar-se da aquisição equipamento, justifica a falta da necessidade de subcontratação.

## **28. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

28.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

28.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

28.2.1. Declaração, em campo próprio, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

28.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

28.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

28.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

## **29. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS(ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**

29.1. Considerando que o objeto da pretensa contratação trata-se de apenas uma unidade de um bem comum de natureza indivisível, nesta não se observará a reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

## **30. DA DEFINIÇÃO DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

30.1. Neste sentido, considerando tratar-se de aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital mediante especificações usuais de mercado, a modalidade de **Pregão Eletrônico** se demonstra mais adequada, conforme previsto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

30.2. O **critério de julgamento por menor preço** justifica-se diante do fato que o objeto é padronizado e comparável entre os licitantes, não havendo necessidade de valoração técnica diferenciada. Com isso, o objeto está devidamente especificado por meio de elementos que garantem que o julgamento possa se concentrar na análise objetiva do menor preço, sem comprometer a qualidade do bem, já que todos os licitantes deverão atender integralmente às exigências técnicas previamente definidas.

30.3. O **modo de disputa aberto** estimula a ampla competição, possibilitando que os licitantes apresentem lances sucessivos e decrescentes, o que pode resultar em melhores condições econômicas para a Administração, além de favorecer a transparência do processo, pois os lances são públicos e podem ser acompanhados em tempo real. Em suma, este modo é adequado tendo em vista que o objeto, por ser bem definido e de risco técnico relativamente baixo, permite que o foco da disputa seja, de fato, o preço, sem prejuízo da qualidade, que está assegurada pelas exigências técnicas do edital.

30.4. Ademais, o Art. 56, § 1º da Lei 14.133/2021 infere:

"§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto."

30.5. Dessa forma, a combinação da modalidade pregão eletrônico, com o critério de julgamento por menor preço e o modo de disputa aberto, revela-se plenamente adequada, eficiente e alinhada aos princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da busca pela melhor solução técnica, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

## **31. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO**

31.1. Os critérios de aceitabilidade do equipamento de sondagem mista (percussiva e rotativa) deverão estar vinculados ao **atendimento integral das especificações técnicas** que assegurem sua eficiência, durabilidade e segurança operacional, conforme disposto em Termo de Referência.

31.2. O bem ofertado deverá ser novo, de primeiro uso.

31.3. Como parâmetros de desempenho, o equipamento deverá assegurar:

- Precisão e regularidade nos resultados dos ensaios SPT e Sondagem Rotativa, com controle de energia padronizado;
- Capacidade de amostragem contínua em solos e formações rochosas, com mínima perda de material;
- Facilidade de montagem, desmontagem e transporte, adequada às condições de campo;
- Nível de ruído e emissão compatíveis com normas ambientais e de segurança ocupacional;
- Disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica nacional, garantindo operação contínua e manutenção programada.

31.4. Serão considerados aceitáveis apenas os equipamentos que comprovarem conformidade técnica e desempenho equivalente ou superior às especificações descritas, mediante apresentação de catálogos, manuais e declarações do fabricante, podendo o órgão contratante realizar verificação prática no recebimento definitivo.

## **32. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

32.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

32.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

32.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

32.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

32.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

32.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

32.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

32.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o **item 31 deste Edital**, que somente será pública após a fase de lances.

## **33. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**

33.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

33.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

33.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



- 33.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 33.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:
- 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
  - 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 33.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 33.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.
- 33.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.
- 33.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
  - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 33.10. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre as propostas empatadas.
- 33.11. Na hipótese do subitem 33.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:
- Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);
  - Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 33.11;
  - A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;
  - A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.
  - Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>
  - Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;
- 33.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 33.13. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:
- aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;
  - a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;
  - na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
  - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
  - quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação.

#### 34. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 34.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 25 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 34.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.
- 34.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.
- 34.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.
- 34.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.
- 34.3.1.1. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.
- 34.3.2. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, em caso de descumprimento das exigências.
- 34.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.
- 34.5. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 34.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.
- 34.7. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o [item 31 deste Edital](#).
- 34.8. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 34.8.1. A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a

devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

34.8.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 34.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

34.8.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

34.8.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

34.8.4. O procedimento mencionado no item 34.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

34.9. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

## **35. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

35.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

35.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

35.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

35.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

35.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

35.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

35.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

35.8. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

35.9. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

35.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

35.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

35.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

35.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

35.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

35.11.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 35.11.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

35.11.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 35.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

35.12. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos no artigo 62, incisos I ao IV, da Lei 14.133/21, devendo ser observada as seguintes disposições:

### **35.12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802/2023;

f) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022 (art. 15 a 17);

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame;

i) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro).

### **35.12.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

g) Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em

35.12.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

35.12.3.1. A empresa licitante deverá apresentar capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação de acordo com o §4º do art. 69, da Lei 14.133/2021.

35.12.3.2. Será exigida a habilitação econômico-financeira de acordo com o Art. 69 da Lei 14.133/21, visando demonstrar a aptidão econômica da empresa a ser contratada para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

35.12.3.3. No que tange ao Balanço Patrimonial, este deve comprovar: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

35.12.3.4. Deverá apresentar a Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

- a) Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.
- b) Caso a empresa licitante não obtenha acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica

35.12.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

35.12.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

35.12.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

35.12.3.8. O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a(s) vencedora(s) detenha(m) condições econômicas para executar o futuro contrato.

35.12.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

35.12.5. **Conforme item 25.5 do Termo de Referência 72481045:**

35.12.6. As exigências de qualificação técnica se darão na forma do Art. 67 da Lei 14.133/2021, o qual versa:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento."

35.12.7. Deste modo, o §1º do art. 67 estabelece que as parcelas de maior relevância deverão corresponder a valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. Ademais, o §2º do mesmo dispositivo admite a exigência de atestados com quantitativos mínimos de até 50% (cinquenta por cento) dessas parcelas, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

35.12.8. O § 3º infere que para contratações como a em tela, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput do referido artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

35.12.9. Neste sentido, tendo em vista que o objeto trata-se de uma unidade singular, não havendo definição de parcela de maior relevância e, ainda, não sendo possível definir porcentagem para a exigência de atestados ao se considerar que esta definição resultaria em quantidades menores que uma unidade de equipamento, será exigido Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido anteriormente **pelo menos 01 (uma) unidade do equipamento compatível em características**.

35.12.10. Ainda, o licitante que tiver sua proposta dada como vencedora, deverá apresentar, na etapa de habilitação, juntamente com os documentos de qualificação técnica estabelecidos, **declaração** de que dispõe de **Certificado de calibração de acordo com a RCB - Rede Brasileira de Calibração**, afirmando que, quando da assinatura do contrato, irá disponibilizar os referidos documentos à Administração, sob pena de inabilitação. Tal exigência de certificado de calibração emitido por laboratório integrante da Rede Brasileira de Calibração (RBC) justifica-se pela necessidade de assegurar a rastreabilidade metrológica e a confiabilidade dos parâmetros obtidos durante a execução das sondagens, sendo requisito essencial à qualidade dos serviços geotécnicos.

35.12.10.1. .

35.12.11. **OUTROS DOCUMENTOS**

35.12.11.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

35.12.11.2. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

35.12.11.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

35.12.11.4. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

35.12.11.5. Comprovação de inexistência de proibição de contratação através da Certidão negativa no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CAGEFIMP).

35.13. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

36. **DO RECURSO**

36.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de JULGAMENTO e HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

36.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

36.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

36.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

36.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

36.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

36.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

36.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

36.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## 37. DA HOMOLOGAÇÃO

37.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 38. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

38.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 39. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

39.1. Conforme o [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

39.2. No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

39.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

39.3.1. **Advertência**, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

39.3.2. **Multa moratória** correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

39.3.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

39.3.3. **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parte inadimplida, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato ou instrumento equivalente, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

39.3.4. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do objeto não prestado, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

39.3.5. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia pela execução parcial do contrato;

39.3.6. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia;

39.3.7. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada na substituição de equipamentos ou serviço em desacordo com o contrato no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

39.3.8. **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, **por dia de atraso na substituição do material defeituoso**, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

39.3.9. A multa prevista nos subitens 21.3.2, 21.3.3 e 21.3.8 poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as previstas nos subitens 21.3.5 e 21.3.6.

39.4. [As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção estabelecida no inciso II do mesmo dispositivo legal.

39.5. São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133/21:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;

- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

39.6. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

39.7. A aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

39.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(\*) Incide sobre a parte inadimplida.

39.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **subitem 32.2**, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo **subitem**.

39.10. As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

39.11. Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.

39.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

39.13. A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

39.14. No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 32.2., a mesma deverá ser precedida de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

39.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

#### 40. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

40.1. O referido objeto de contratação, tem a seguinte dotação orçamentária conforme quadro abaixo:

Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.782.2106.1386	452	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.759.0.08028 / 2.759.0.08028	11025/14011	44.90.52

#### 41. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

41.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

41.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

41.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

41.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

41.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

41.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

41.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

41.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

41.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

41.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances,



inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

41.10.1. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

41.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

41.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

41.13. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

## 42. DOS ANEXOS

42.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência (Id. 72481045);

**ANEXO II** - Quadro Estimativo de Preços (Id. 69643118).

**ANEXO III** - Modelo de Minuta de Contrato (Id. 71735673);

### EZEQUIEL SALES DE LIMA

Membro da 1ª Comissão Genérica - SUPEL-COGENI  
Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025

### ROSEANNA NASCIMENTO ALVES DA SILVA

Pregoeira da 1ª Comissão Genérica - SUPEL-COGENI  
Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Roseanna Nascimento Alves da Silva, Pregoeiro(a)**, em 25/05/2026, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ezequiel Sales de Lima, Membro**, em 25/05/2026, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72162657** e o código CRC **3AD605A8**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER  
Gerência de Licitação - DER-GEL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **DA IDENTIFICAÇÃO**

1. Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO.  
2. Unidade Requisitante: Coordenadoria de Projeto e Planejamento e Orçamento de Obras (CPPOO)

2. **DA INTRODUÇÃO**

O presente Termo de Referência fora elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar 45 ([71498170](#)) e Documento de Formalização de Demanda 4 ([67998052](#)), aprovado através da Certidão 47 ([71554121](#)), nos termos da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como o [Decreto Estadual n.º 28.874 de 25 de janeiro de 2024](#), e ainda, demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, assim definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, conforme os princípios licitatórios, em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

3. **DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

- 3.1. **DO OBJETO:** O objeto trata-se da **Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa)**, com o fito de atender às necessidades deste Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Tabela 01 - Especificação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID
1	Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa).	318654	1,00

- 3.2. No que tange ao CATMAT indicado na Tabela acima, cumpre salientar, que não fora encontrado no Catálogo de Materiais e Serviços item específico que contemple o objeto da contratação, tendo sido adotado CATMAT análogo que melhor se enquadrasse nas especificações do objeto.

3.3. **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

- 3.4. Será necessária a aquisição de 01 Equipamento para realização de Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa).  
3.5. A definição do quantitativo de 01 (uma) unidade de Equipamento para realização de Sondagem Mista (SPT e Rotativa) não decorre de estimativa de consumo fracionável ou demanda variável, mas da necessidade de dotar o DER-RO de estrutura mínima própria para execução de investigações geotécnicas em apoio aos projetos e obras de infraestrutura.  
3.6. Diferentemente de bens de consumo, o objeto em questão consiste em equipamento de natureza indivisível, caracterizado como unidade operacional completa, cuja utilidade institucional é plenamente atendida com a aquisição de uma única unidade operacional.  
3.7. A memória de cálculo, nesse caso, não se aplica em termos quantitativos progressivos (histórico de consumo x projeção futura), pois a necessidade administrativa não exige múltiplas frentes simultâneas permanentes de sondagem, mas sim a disponibilidade institucional de um equipamento próprio para atendimento programado das demandas ordinárias de estudos geotécnicos.  
3.8. Ressalta-se, ainda, que:

- I - O quadro técnico atualmente disponível no DER-RO não comporta corpo técnico estruturado para operação simultânea de dois ou mais equipamentos;
- II - A eventual aquisição de mais de uma unidade implicaria ociosidade operacional, aumento de custos indiretos (manutenção, armazenamento, depreciação, seguros e insumos) e ineficiência administrativa, em afronta ao princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021;



III - Não há interdependência com outras contratações similares que justifique ganho de escala, tampouco histórico institucional que demonstre necessidade operacional simultânea que demande múltiplos equipamentos próprios;

IV - A estratégia administrativa adotada prevê que demandas excepcionais ou picos extraordinários de serviço poderão, se necessário, ser atendidos por meio de contratações específicas de serviços de sondagem, solução que se mostra mais eficiente do que a aquisição de equipamentos adicionais permanentes.

3.9. Dessa forma, o quantitativo de 01 (uma) unidade revela-se tecnicamente suficiente, operacionalmente compatível com a estrutura existente e economicamente adequado à realidade institucional, não sendo pertinente a apresentação de memória de cálculo típica de objetos consumíveis ou escalonáveis.

#### 3.10. DA NATUREZA DO OBJETO

3.11. Conforme já explanado no item acima, o objeto deste Termo de Referência trata-se da Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa). Neste sentido, segundo o art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;

3.12. Portanto, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade do bem a ser adquirido podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado a natureza do objeto em questão corresponde a um **bem permanente comum**.

#### 4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada de acordo com o Art. 23 da Lei 14.133/21, o qual instrui:

"§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento."

4.2. Portanto, em consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com objetos correlatos ao deste estudo no Estado de Rondônia, não foram encontradas contratações similares ao objeto desejado e, por conta disso deu-se seguimento então ao procedimento de cotação dos serviços com empresas da região para identificação do preço praticado no mercado, conforme explanado abaixo.

4.3. No que tange às contratações similares feitas pela Administração Pública, não foram encontradas outras contratações em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

4.4. Ademais, os dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, como o SICRO, não possuem as informações necessárias para a aquisição do equipamento.

4.5. Desse modo, tendo em vista, ainda, a existência de condições particulares, como os custos de mobilização e desmobilização, conforme exposto, os quais são dependentes da distância ao local de entrega do equipamento, além dos custos relativos à treinamentos solicitados, a estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, de acordo com o inciso IV, pertencente ao Art. 23, da Lei 14.133, descrito anteriormente.

4.6. A escolha dos fornecedores selecionados para cotação se justifica com base em critérios como:

- Experiência prévia, qualidade e capacidade de fornecimento comprovada;
- Especialização técnica: buscou-se por fornecedores que possuem uma especialização técnica que os torna adequados para atender às necessidades específicas do contrato em questão, principalmente tendo em vista a quantidade reduzida de fornecedores de equipamentos de sondagens do tipo mista;
- Avaliações de desempenho anteriores: os fornecedores possuem uma reputação sólida no mercado, demonstrando consistência e confiabilidade em suas entregas.

4.7. A solicitação de cotações foi realizado através do envio do E-mail - Cotação de Aquisição de Eqp. de Sondagem Mista ([67877341](#)). Dentre as empresas consultadas, apenas 3 (três) realizaram o envio do material solicitado, cujas propostas estão anexas ao presente processo.

4.8. O Quadro Comparativo de Preços, por sua vez, está disposto em Quadro Comparativo de Preços ([69643118](#)) e pode ser observado a seguir:

Tabela 02 - Quadro Comparativo de Preços

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS													
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	PROPOSTA 01	PROPOSTA 02	PROPOSTA 03	PREÇO MÍNIMO	MEDIANA DO PREÇO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO	SUBTOTAL MÍNIMO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1.0	Equipamento para execução de Sondagem Mista (contemplando frete e treinamento)	und.	1,00	R\$ 450.000,00	R\$ 871.765,00	R\$ 736.622,00	R\$ 450.000,00	R\$ 736.622,00	R\$ 215.368,49	29,24%	MEDIANA	R\$ 450.000,00	R\$ 736.622,00
VALOR TOTAL												R\$ 450.000,00	R\$ 736.622,00

4.9. Ante o exposto, a Tabela 07 contém as informações essenciais para fins de aquisição do equipamento

Tabela 03 - Informações essenciais acerca da estimativa do valor da contratação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa).	318654	1,00	R\$ 736.622,00 (setecentos e trinta e seis mil seiscentos e vinte e dois reais)	R\$ 736.622,00 (setecentos e trinta e seis mil seiscentos e vinte e dois reais)

4.10. No que tange ao CATMAT indicado na Tabela 07, cumpre salientar, que não fora encontrado no Catálogo de Materiais e Serviços item específico que contemple o objeto da contratação, tendo sido adotado CATMAT análogo que melhor se enquadrasse nas especificações do objeto.

5. JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSÃO DE PESSOAS FÍSICAS

5.1. Diante da natureza e da complexidade do objeto pretendido, entende-se como tecnicamente inadequada a participação de pessoas físicas no certame, mediante justificativas de diversos fatores técnicos e administrativos, pois, observa-se que o fornecimento desses bens demanda capacidade técnica e fiscal compatível com o porte e a complexidade dos equipamentos, além da necessidade de emissão de nota fiscal e garantia de procedência.

5.2. Portanto, entende-se que a participação no certame somente poderá ser realizada por pessoas jurídicas regularmente constituídas, que possuam capacidade operacional para o fornecimento, assistência técnica e cumprimento das obrigações acessórias decorrentes do contrato.

5.3. Em suma, a fim de garantir a regularidade da contratação, a rastreabilidade fiscal e a segurança jurídica do processo, não será admitida a participação de pessoas físicas, sendo permitida apenas a participação a empresas do ramo devidamente habilitadas.

5.4. Dessa forma, a exclusão de pessoas físicas visa assegurar que o objeto a ser adquirido ofereça qualidade, minimizando os riscos e garantindo o melhor resultado para o interesse público.

5.5. Não poderão participar da licitação:

- 5.5.1. Pessoas físicas, tendo em vista os fatores explicitados no item 8, acerca da justificativa para exclusão de pessoas físicas;
- 5.5.2. Empresa que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.5.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 5.5.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.5.5. Empresa que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

6. DA GARANTIA DOS MATERIAIS

6.1. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, montagem e desempenho. Durante esse período, a contratada deverá assegurar a substituição ou reparo imediato de quaisquer componentes que apresentem falhas, sem ônus adicional para a Administração.

6.2. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) e demais legislações pertinentes, assim como com os dispositivos que compõem as instruções normativas em vigência geral e no Estado de Rondônia.

6.3. Durante a vigência da garantia a contratada deverá responsabilizar-se pelo objeto deste Termo de Referência, bem como encargos relacionados ao atendimento em garantia do produto sem qualquer ônus a este Departamento.

6.4. Deverá ser prestada Assistência Técnica ao objeto em observância à Lei nº 8.078/90. Portanto, é imprescindível que a empresa fornecedora disponha de assistência técnica autorizada no território nacional, capaz de realizar manutenções preventivas e corretivas dentro de prazos compatíveis com a continuidade das atividades de campo.

6.5. O fornecimento de manual técnico, lista de peças sobressalentes e plano de manutenção recomendada deverá acompanhar o equipamento, garantindo que a equipe do órgão possa realizar os cuidados básicos de conservação e operação segura.

6.6. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fará a comunicação à contratada, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

7. **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Conforme consta na Portaria nº 3182 de 04 de dezembro de 2025 ([0067105896](#)) a equipe de planejamento da presente contratação é composta pelos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao quadro de pessoal da Coordenadoria de Planejamento e Projetos e Orçamento de Obras deste Departamento:

SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Léia Carolina Lisowski	*****76	Presidente da Comissão	Coordenadora de Projeto e Planejamento e Orçamento de Obras
Poliana de Melo Pessôa	*****19	Membro da Comissão	Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar
Amanda Caroline Rebelo Ramalho	*****48	Membro da Comissão	Suplente responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar
Amanda Caroline Rebelo Ramalho	*****48	Membro da Comissão	Revisão e Validação
Thamara Letícia Silva Machado	*****76	Membro da Comissão	Revisão e Validação

7.2. Ademais, o servidor Vitor Guilherme do Amparo Batista, pertencente à Coordenadoria de Planejamento deste DER-RO, fora designado para a elaboração do Termo de Referência.

7.3. Cumpre salientar que a Equipe de Planejamento da Contratação possui atuação restrita à fase preparatória do certame, competindo-lhe a elaboração dos estudos técnicos preliminares, análise de riscos, definição da solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa, elaboração do termo de referência ou projeto básico, estimativa de custos e demais documentos necessários à instrução do processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Encerrada a fase preparatória e formalizada a contratação, inicia-se a fase de execução contratual, cuja responsabilidade recai sobre a equipe de gestão e fiscalização do contrato, a qual será formalmente designada pela autoridade competente. Compete a esta equipe acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto contratado, verificar o cumprimento das obrigações contratuais, registrar ocorrências, aplicar notificações e propor eventuais sanções, quando cabíveis.

7.5. Neste sentido, as atribuições da Equipe de Planejamento não se confundem com aquelas inerentes à gestão e fiscalização contratual, tratando-se de funções distintas, com responsabilidades próprias e delimitadas em fases diversas da contratação.

8. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O Governo do Estado de Rondônia, por meio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, possui a obrigação legal de promover a expansão e zelar pelas rodovias do Estado, consideradas bens públicos por determinação legal (Lei nº 10.406/02 - Código Civil), além da Lei de Responsabilidade Fiscal atribuir ao administrador público a obrigação de conservá-los e/ou preservá-los.

8.2. A Lei Complementar nº 965/2017 estabeleceu no art.98, alterada pela LC nº 1.060/2020, que a finalidade do DER tem por promover, administrar, supervisionar e fiscalizar as obras rodoviárias e os transportes do Estado de Rondônia, competindo-lhe:

- I - elaborar, executar e fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações, orçamentos, locação, construção, reconstrução e melhoramento das estradas de rodagem estaduais, inclusive pontes e demais obras de arte especial;
- [...]

Visando ainda garantir o exposto no art. 1º da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, vejamos:

“§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.”

8.3. Ainda, é importante considerar os seguintes pontos acerca das obras de infraestrutura na rodoviárias do Estado de Rondônia:

8.4. **Estado da malha viária:** O Sistema Rodoviário de Rondônia está composto por rodovias federais, estaduais e municipais, possuindo aproximadamente 27,5 mil km de rodovias, das quais aproximadamente 3.382 km estão pavimentadas. As rodovias estaduais de Rondônia são importantes para a economia e integração da região, pois são elas que interligam os municípios fora do eixo da BR 364 e garantem fluidez dos transportes e escoamento de produções.

8.5. **Crescimento econômico:** Rondônia tem apresentado um crescimento econômico expressivo nos últimos anos, impulsionado principalmente pela expansão da agropecuária, indústria e serviços. Esses setores têm gerado um aumento significativo no fluxo de bens, serviços e pessoas pelas estradas do estado, o que ocasiona uma sobrecarga na malha rodoviária existente e a necessidade de construção e ampliação de novas vias. Além disso, Rondônia tem se destacado como um importante polo de produção agropecuária, sendo responsável pela produção de grãos, como soja e milho, e carnes, como bovina e suína, com grande impacto na economia nacional. O escoamento dessa produção depende da qualidade e capacidade das estradas e rodovias do estado, o que reforça a necessidade de investimentos em obras rodoviárias. O estado de Rondônia também tem investido em políticas públicas que visam atrair novos investimentos e empreendimentos para a região, como incentivos fiscais e programas de financiamento. Essas medidas tendem a trazer novos fluxos de transporte e comércio para o estado, o que reforça ainda mais a necessidade de investimentos em obras rodoviárias para garantir a infraestrutura adequada para o desenvolvimento econômico sustentável do estado.

8.6. **Segurança viária:** segurança viária é uma das principais preocupações no planejamento de obras rodoviárias. Segundo dados do Departamento Estadual de Transito (DETRAN), o estado de Rondônia registrou uma média de 9.579 acidentes de trânsito por ano entre 2018 e 2021, com uma média de 375 mortes por ano no mesmo período. Os registros de acidentes em rodovias de jurisdição estaduais representam 10,98,% da média geral, com um percentual de 16,13% da média geral referente a óbitos. Esses números mostram que é essencial investir em melhorias na infraestrutura rodoviária do estado para aumentar a segurança viária e reduzir o número de acidentes e mortes nas estradas. Isso pode incluir a construção de novas rodovias, duplicações de trechos já existentes, readequação de curvas e sinalização adequada. Além disso, as obras rodoviárias podem contribuir para a redução do tempo de viagem e a melhoria da qualidade do transporte de cargas, o que também pode resultar em maior segurança viária, uma vez que caminhões em boas condições e em velocidade adequada reduzem os riscos de acidentes.

- 8.7. **Condições climáticas:** As condições climáticas podem influenciar significativamente a durabilidade das obras rodoviárias. As condições climáticas podem afetar a segurança e a qualidade das rodovias em Rondônia e incluem as chuvas intensas, que podem causar erosão do solo, deslizamentos de terra e enchentes, comprometendo a estabilidade das encostas e das pontes.
- 8.8. Neste contexto, o DER, como órgão executivo da Política Estadual de Estradas e Transportes do Estado, deve utilizar técnicas modernas e procedimentos racionais e otimizados para a expansão de sua infraestrutura rodoviária, bem como garantir a preservação ambiental e maior vida útil às obras já executadas, visando proporcionar um transporte mais eficiente, sustentável, seguro e confortável aos usuários das rodovias rondonienses.
- 8.9. Há de se observar que a malha viária estadualizada é extensa e atende a todos os municípios do estado, o que resulta em um raio de abrangência para manutenção de grande extensão, nas quais as obras de arte especiais são de extrema importância pois são responsáveis por promoverem integração regional e condicionar, em especial, o tráfego de caminhões e máquinas, contribuindo com o agronegócio, proporcionando deslocamentos de máquinas durante a safra, bem como o escoamento final da produção agrícola, além disso, também exercem papel fundamental no que diz respeito ao transporte escolar e abastecimento dos municípios. Portanto, levando em consideração as funções econômicas e sociais exercidas por uma ponte, retirá-la de serviço ou restringir sua carga máxima aceitável gera perturbações no devido andamento das rodovias, acarretando prejuízos à população em geral. A interdição de uma ponte, além de gerar transtornos, pode vir a ser a causa de acidentes, comprometendo a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares nas localidades atingidas.
- 8.10. Outro fator relevante, trata-se do fato do Poder Executivo do Governo de Rondônia através do planejamento estratégico (2024-2027) definiu que o desenvolvimento humano, econômico e social de Rondônia deve ser considerado para atender a sete eixos temáticos distintos: Desenvolvimento Econômico; Cidadania; Educação; Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial; Saúde; Segurança Pública; e Gestão Estratégica.
- 8.11. Nesse quesito, estabeleceu no 1º eixo temático, o de Desenvolvimento Econômico, como o Desafio de número 3 o de Modernizar e ampliar a infraestrutura intermodal e logística. Nesse desafio, tem-se como resultado até o ano de 2027 o de ampliar para 35% a malha estadual pavimentada, tendo como meta 107,51 km pavimentados até 2027. Outro resultado previsto é a meta de manter toda a malha rodoviária (pavimentada e não pavimentada) em estado conservada.
- 8.12. Nesta senda, o Governo Estadual através do DER/RO tem investido em ações que alcance os resultados planejados, empenhando os esforços na execução de melhorias da malha viária estadual através de regime de execução direta e indireta.
- 8.13. Ainda, a malha viária estadual possui pontes que comportam um fluxo diário considerável de veículos, inclusive de veículos de transporte de carga. Diante disso, os investimentos através do regime de execução indireta onde o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes- DER/RO, está promovendo melhorias na malha rodoviária do Estado de Rondônia visando equacionar problemas de trafegabilidade em Rodovias Estaduais, principalmente nos locais de pontes com largura estreita e apresentado problemas estruturais.
- 8.14. A proposição ora apresentada é de suma importância tendo em vista a necessidade de melhorias constantes nas rodovias, inclusive, com pavimentações previstas. A pavimentação das rodovias aumentará o fluxo de veículos, incluindo veículos de carga pesada, o que exigirá uma ponte capaz de suportar esse aumento de demanda. Pontes de apenas uma faixa de tráfego bem como pontes de madeira, criam um gargalo na rodovia, causando retenções e aumentando o risco de acidentes. A ampliação para duas faixas e a adoção de estruturas definitivas permite que veículos em sentidos opostos possam cruzar a ponte simultaneamente, melhorando o fluxo e a segurança.
- 8.15. No entanto, a elaboração de anteprojetos e projetos depende de estudos geotécnicos que possibilitem o dimensionamento da infraestrutura e, atualmente, o DER/RO não dispõe de equipamento próprio para execução direta desses ensaios, dependendo exclusivamente de contratação de terceiros. Embora exista credenciamento aberto para serviços de sondagem (Processo SEI nº 0009.011580/2024-66), verificou-se baixa adesão de empresas interessadas, com cobertura restrita a determinadas regiões do Estado, permanecendo parte significativa da malha rodoviária sem atendimento adequado.
- 8.16. Essa limitação tem ocasionado atraso na elaboração de projetos, comprometimento do cronograma de obras estratégicas e dificuldade de atendimento simultâneo das demandas. Considerando que a malha rodoviária estadual é extensa e que diversas pontes existentes demandam substituição ou adequação estrutural, a inexistência de estrutura própria de sondagem compromete a eficiência do planejamento e execução das obras públicas rodoviárias.
- 8.17. Em suma, esta dependência de mercado restrito, sujeita o DER/RO a atrasos, custos adicionais e insegurança operacional na condução de seus projetos estruturais

## 9. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A fim de equalizar o nível de serviço das pontes com o nível de serviço das rodovias, evitando acidentes e promovendo o conforto e segurança dos que trafegam por estes trechos, a eficiência do tráfego e a durabilidade das infraestruturas, surge a necessidade de que as pontes existentes passem a comportar duas vias de tráfego e/ou, no caso das pontes de madeira, que sejam substituídas por estruturas definitivas e, para isso, se faz necessária a elaboração de projetos e/ou anteprojetos.
- 9.2. Para realizar a elaboração de projetos e/ou anteprojetos para a construção de novas pontes ou a substituição de pontes existentes que representam certo grau de risco ao tráfego, é imprescindível que sejam previamente realizados ensaios geotécnicos para a determinação do tipo, bem como do cálculo de dimensionamento das fundações, sendo exigido como requisito básico e fundamental um adequado conhecimento do subsolo para avaliação da capacidade de suporte das camadas de solo sobre as quais se apoiará a estrutura que se deseja construir, tendo em vista que a investigação geotécnica, além de permitir a identificação de características geométricas e estruturais que podem condicionar determinadas soluções, fornece também parâmetros fundamentais para a elaboração de projetos e análises das características do local.
- 9.3. Neste cenário, a sondagem é um tipo de investigação do subsolo, amplamente utilizado no Brasil e no Estado de Rondônia. Conforme definição básica é o ato de sondar, ou seja, investigar, observar, analisar, vigiar ou verificar algo ou alguma coisa. Busca avaliar as condições do terreno onde será feita a construção. É um procedimento normatizado pela Associação de Brasileira de Norma Técnicas - ABNT, tendo como principais normas técnicas as NBR's 6.484/2020; 6.502/2022; 7.181/2016; 8.036/1983; 13.441/2021 e 15.492/2007. Segundo ainda a NBR 6.122/2022, para qualquer edificação deve ser feita a investigação geotécnica preliminar, constituída no mínimo por sondagens à percussão (SPT) e, no caso de pontes, é necessária uma investigação complementar através de sondagens mistas (percussão e rotativa).
- 9.4. A sondagem a percussão com ensaio SPT é a técnica de engenharia mais utilizada para obtenção de amostras de solo. Isso acontece porque o seu custo é relativamente baixo, é de fácil execução e pela simplicidade dos equipamentos utilizados. Além disso, possibilita que o trabalho seja executado em áreas de difícil acesso. A sondagem rotativa é um método de investigação que consiste no uso de um conjunto motomecanizado destinado à perfuração de maciços rochosos e obtenção de amostras de materiais rochosos com formato cilíndrico, chamadas de testemunho.
- 9.5. Sondagem mista é o método de investigação que conjuga a sondagem à percussão para o trecho em solo e sondagem rotativa para o trecho em rocha. Dessa forma, aplicam-se às Sondagens mistas os mesmos procedimentos das sondagens rotativas e das sondagens à percussão.
- 9.6. A fim de sanar tais demandas relativas à sondagens geotécnicas, este Departamento de Estradas de Rodagem possui em aberto um **Credenciamento de empresas especializadas em serviços técnicos comuns de Engenharia relacionados à sondagens geotécnicas do tipo SPT e Rotativa** em áreas sob jurisdição do Governo Estadual do Estado de Rondônia, o qual pode ser consultado no Processo SEI Nº [0009.011580/2024-66](#). No entanto, apesar do lapso temporal decorrido desde sua abertura, ocorrida em abril de 2025, apenas uma empresa demonstrou interesse na prestação deste serviço, e apenas para as regiões correspondentes à Porto Velho e Ariquemes, restando as demais regiões sem previsão de atendimento em relação a este serviço.

- 9.7. Nesta seara, tendo em vista que estes ensaios de sondagem são serviços que o presente DER-RO necessita recorrentemente, a aquisição de equipamento para sondagens geotécnicas surge como uma alternativa pois possibilita que este Departamento realize tais serviços diretamente, promovendo diversas vantagens técnicas, econômicas e operacionais. Sob o aspecto operacional, a execução direta das sondagens permitirá maior celeridade na elaboração de projetos, autonomia institucional, melhor integração entre equipe de projetos e equipe de campo e priorização estratégica conforme planejamento do DER/RO.
- 9.8. No aspecto econômico, considerando a recorrência das demandas de sondagem para obras novas, ampliações e substituições de pontes, a internalização do serviço tende a reduzir custos de médio e longo prazo, especialmente diante da limitação de fornecedores no mercado regional e da baixa competitividade observada no credenciamento vigente.
- 9.9. A elaboração de projetos e posterior conclusão das obras, futuramente frutos dos estudos geotécnicos a serem realizados por meio das sondas adquiridas através do presente processo, possui o propósito de oferecer condições de tráfego, com segurança, trazendo melhorias na qualidade de vida da população dos municípios e distritos da área de abrangência, evitando o isolamento oferecendo um deslocamento seguro aos usuários. Por conseguinte, garantindo o desenvolvimento econômico da região. Tal medida, visa, portanto, garantir a travessia sobre os cursos d'água, fator essencial para manter a conectividade e para o suporte das atividades econômicas e sociais locais.
10. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**
- 10.1. A solução proposta consiste na aquisição de 01 (um) sistema completo de sondagem mista, apto à execução de ensaios de Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa, destinado à realização de investigações geotécnicas para elaboração de projetos e anteprojetos de pontes e demais obras de arte especiais no âmbito do DER/RO. A execução desses ensaios é essencial para a caracterização do subsolo e a definição dos parâmetros geotécnicos que subsidiam o dimensionamento das fundações e demais elementos da infraestrutura das obras de arte especiais.
- 10.2. A aquisição do equipamento permitirá que a Administração realize diretamente os ensaios de sondagem, reduzindo a dependência de contratações indiretas e assegurando maior agilidade na obtenção dos dados geotécnicos. Além disso, proporcionará melhor controle técnico sobre a execução dos serviços, padronização dos métodos empregados e disponibilidade imediata dos resultados para o desenvolvimento dos projetos/anteprojetos.
- 10.3. A presente solução contempla a aquisição de equipamento completo, acessórios e treinamento necessários à execução dos ensaios, observando as especificações técnicas que garantam desempenho, durabilidade e segurança, de modo a atender à demanda contínua de investigações geotécnicas vinculadas aos projetos de pontes executados pelo órgão.
- 10.4. O bens a serem entregues deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas disponibilizadas.
- 10.4.1. O sistema deverá operar de forma integrada, permitindo:
- a) Unidade perfuratriz motomecanizada;
  - b) Sistema hidráulico completo;
  - c) Torre/mastro com curso compatível com as profundidades usuais de investigação;
  - d) Sistema de cravação para ensaio SPT (martelo padronizado de 65 kg com queda de 75 cm);
  - e) Cabeçote rotativo com torque compatível para perfuração em solo e rocha;
  - f) Bomba de circulação de fluido;
  - g) Hastes, revestimentos, amostradores padrão e acessórios;
  - h) Ferramental para recuperação de testemunho de rocha;
  - i) Dispositivos de estabilização e nivelamento;
  - j) Itens de segurança obrigatórios.
- 10.5. A solução não se restringe à perfuratriz isoladamente, mas compreende todo o arranjo técnico necessário para permitir a execução completa dos ensaios de sondagem mista, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.
- 10.5.1. O sistema deverá operar de forma integrada, permitindo:
- I - Execução de Sondagem à Percussão (SPT): perfuração inicial com trado ou circulação de água, cravação do amostrador padrão, registro do índice de resistência à penetração, coleta de amostras deformadas.
  - II - Execução de Sondagem Rotativa: perfuração com coroa diamantada ou ferramenta equivalente, recuperação de testemunho contínuo, identificação e classificação geomecânica do maciço rochoso, registro de profundidade e controle de avanço.
- 10.6. Ainda, a solução deverá contemplar plano de manutenção preventiva recomendado pelo fabricante, garantia mínima contra defeitos de fabricação, disponibilidade de peças de reposição no território estadual, assistência técnica autorizada no território brasileiro e treinamento operacional e de manutenção preventiva para equipe do DER/RO
11. **DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**
- 11.1. **Poderão participar deste processo de contratação** empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, conforme Lei 14.133/21.
- 11.2. A empresa CONTRATADA deve estar legalmente constituída, de acordo com as leis vigentes;
- 11.3. A empresa CONTRATADA deverá apresentar de todos os documentos necessários, como alvará de funcionamento, certidões negativas de débitos, e demais exigências legais;
- 11.4. As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto estão previstas no Edital e demais documentos correlatos;
- 11.5. O bem que constitui o objeto desta licitação deverá ser entregue de acordo com a solicitação da contratante e a orientação/fiscalização dos técnicos do DER, devendo a CONTRATADA acatar os termos de fiscalização e as respectivas orientações;

- 11.6. É dever da CONTRATADA realizar testes e corrigir defeitos nos materiais/bens, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a Contratante;
- 11.7. A empresa CONTRATADA deverá assumir compromisso com práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis em toda a cadeia de produção e fornecimento dos produtos;
- 11.8. A empresa CONTRATADA deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão na preparação e transporte dos materiais, não arcando o DER-RO com qualquer ônus em caso de acidente por parte dos funcionários ou mesmo terceiros;
- 11.9. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.10. A descrição e quantidade que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e a orientação/fiscalização dos técnicos do DER, devendo a CONTRATADA acatar os termos de fiscalização e as respectivas orientações;
- 11.11. É dever da CONTRATADA comprovar capacidade técnica e operacional, demonstrada através de documentação de enquadramento de empresa do ramo de prestação dos serviços de aquisição e entrega dos materiais que compõe o objeto do estudo;
- 11.12. Para a prestação do serviço, será exigido que o prestador se apresente devidamente identificado e usando todos os equipamentos de proteção individual cumprindo os requisitos da legislação vigente conforme as Normas Regulamentadoras (NR's).
- 11.13. Junto à proposta de preços, a CONTRATADA deverá encaminhar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS.
- 11.14. A empresa a ser contratada deverá apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.
- 11.15. A empresa CONTRATADA deverá garantir capacidade logística para a entrega do bem no local indicado, conforme cronograma acordado;
- 11.16. A empresa CONTRATADA deverá realizar controle de qualidade em todas as etapas do processo, desde a produção até a entrega.
- 11.17. O licitante classificado em primeiro lugar que deve apresentar juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021e normas supervenientes.
- 11.18. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso seja possível obtê-la mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

## 12. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO

- 12.1. Os critérios de aceitabilidade do equipamento de sondagem mista (percussiva e rotativa) deverão estar vinculados ao **atendimento integral das especificações técnicas** que assegurem sua eficiência, durabilidade e segurança operacional, conforme disposto em Termo de Referência.
- 12.2. O bem ofertado deverá ser novo, de primeiro uso.
- 12.3. Como parâmetros de desempenho, o equipamento deverá assegurar:
- Precisão e regularidade nos resultados dos ensaios SPT e Sondagem Rotativa, com controle de energia padronizado;
  - Capacidade de amostragem contínua em solos e formações rochosas, com mínima perda de material;
  - Facilidade de montagem, desmontagem e transporte, adequada às condições de campo;
  - Nível de ruído e emissão compatíveis com normas ambientais e de segurança ocupacional;
  - Disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica nacional, garantindo operação contínua e manutenção programada.
- 12.4. Serão considerados aceitáveis apenas os equipamentos que comprovarem conformidade técnica e desempenho equivalente ou superior às especificações descritas, mediante apresentação de catálogos, manuais e declarações do fabricante, podendo o órgão contratante realizar verificação prática no recebimento definitivo.

## 13. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. **Não será permitido o parcelamento** se tratando do caso específico do objeto do presente Termo de Referência, baseando-se nos §2º e §3º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, disposto a seguir:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...]

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

- 13.2. Neste sentido, tendo em vista que a pretensa contratação trata-se da aquisição de um item único e objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado, se torna inviável a sua divisão em lotes.

**14. COOPERATIVA**

14.1. A participação de cooperativas será **vedada**, pois deverá ser observada a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que versa: “é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”.

14.2. Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços.

14.3. Por fim, o § 2º do Art. 10 da Instrução Normativa Nº 5, de 26 de maio de 2017 versa:

14.4. "§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação."

14.5. Deste modo, o entendimento do presente setor técnico é o de que é inviável a participação de cooperativas, em especial considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

14.6. Ainda, a vedação à participação de cooperativas no presente certame justifica-se em razão da incompatibilidade entre o objeto da contratação e a natureza jurídica dessas entidades. Trata-se de aquisição de equipamento técnico especializado, caracterizando-se como fornecimento de bem permanente, e não como prestação de serviços baseada em trabalho coletivo, que é a finalidade típica das cooperativas. Nesse contexto, a eventual participação de cooperativas poderia representar desvirtuamento de sua finalidade, atuando como mera intermediadora comercial, sem agregar capacidade técnica efetiva ao fornecimento do objeto. Ademais, o mercado fornecedor é composto por empresas especializadas, como fabricantes e distribuidores, não havendo prejuízo à competitividade com a vedação, a qual se mostra medida adequada para assegurar a execução contratual eficiente e alinhada aos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à seleção da proposta mais vantajosa e à adequada execução do objeto.

**15. CONSÓRCIO**

15.1. Fica **vedada** a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, tendo em vista que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, portanto, entende-se que não existe a necessidade de parcelamento dos serviços prestados, através da união de esforços. Ademais, tal vedação se justifica considerando que:

a) Trata-se de aquisição de bem permanente, portanto, não há: segmentação técnica relevante do objeto, necessidade de conjugação de expertises distintas, nem interdependência de parcelas que justifique execução compartilhada, ou seja, o objeto é integralmente executável por um único fornecedor, o que afasta a principal justificativa para formação de consórcios.

b) O mercado de equipamentos de sondagem apresenta pluralidade de agentes aptos a fornecer o equipamento de forma individual, não se caracterizando cenário de restrição competitiva que demande ampliação via consórcios.

c) O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado de que a participação de consórcios pode ser vedada quando não houver ganho de competitividade ou quando gerar complexidade desnecessária, além disso, a jurisprudência indica que consórcios são mais adequados em obras de grande vulto, contratações integradas complexas e/ou situações que demandem somatório de capacidades técnicas e econômico-financeiras.

d) Permitir consórcios nesse tipo de contratação pode gerar dificuldade na gestão contratual, especialmente quanto à responsabilização solidária, possível redução da competitividade, caso empresas optem por consorciar-se em vez de competir individualmente e risco de formação de consórcios artificiais, sem ganho técnico efetivo.

15.2. Em suma, o objeto da presente contratação consiste na aquisição de equipamento de sondagem mista, caracterizando-se como fornecimento de bem específico e integralmente executável por fornecedor individual, sem necessidade de conjugação de capacidades técnicas distintas, bem como diante da existência de mercado fornecedor estruturado e competitivo, concluindo-se pela desnecessidade de admissão de consórcios, principalmente considerando que a participação de consórcios, no presente caso, não ampliaria a competitividade e poderia acarretar maior complexidade na gestão contratual, razão pela qual se justifica sua vedação.

**16. DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Fica **vedada** a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação, nos termos do [art. 122, § 2º da Lei 14.133/2021](#):

"§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."

16.2. A justificativa para vedação da subcontratação total ou parcial do objeto fundamenta-se na necessidade de garantir a execução direta das obrigações pela empresa contratada, assegurando a qualidade, a rastreabilidade e o controle técnico sobre o fornecimento dos bens.

16.3. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração estabelecer vedações à subcontratação quando esta puder comprometer a execução contratual ou a adequada fiscalização do contrato. No caso em questão, a execução direta é essencial para assegurar que os bens sejam fornecidos conforme as especificações técnicas exigidas, bem como para garantir a responsabilidade integral do contratado quanto à origem, qualidade e desempenho dos equipamentos.

16.4. Ainda, o teor da presente contratação, considerando tratar-se da aquisição equipamento, justifica a falta da necessidade de subcontratação.

**17. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS(ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**

17.1. Considerando que o objeto da pretensa contratação trata-se de apenas uma unidade de um bem comum de natureza indivisível, nesta não se observará a reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

**18. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

18.1. A solução para a questão levantada é a Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa).

18.2. Neste sentido, o equipamento utilizado para a realização de ensaios geotécnicos do tipo sondagem à Percussão (SPT - Standard Penetration Test), também conhecido como sondagem de simples reconhecimento, consiste em um barrilete amostrador padronizado (tipo Raymond) que é cravado no solo por meio de um martelo de 65 kg que cai sucessivamente em queda livre de uma altura de 75 cm em um ressalto que se localiza na parte superior do



hasteamento. A amostragem é feita a cada metro e o avanço da perfuração se dá pelo uso de trado ou lavagem com uso de trépano para circulação de água. O ensaio SPT, além de fornecer medidas de resistência metro a metro, permite a determinação do nível d'água, a caracterização do material, coleta de amostras (deformadas) e o limite solo/rocha. Os principais materiais necessários para a execução do ensaio consistem em:

- a) Tripé com roldana;
- b) Guincho mecânico ou Moitão;
- c) Trado concha e helicoidal;
- d) Hastes e Luva de aço galvanizado;
- e) Alimentador de água;
- f) Cruzeta, Trépano e T de lavagem;
- g) Barriletes amostradores e peças para sua cravação;
- h) Martelo com 65kg e guia;
- i) Tubos de revestimento;
- j) Torquímetro;
- k) Bomba de água;
- l) Abraçadeiras para revestimento;
- m) Abaixadores e Alçadores para hastes;
- n) Saca-tubos;
- o) Bomba-balde (baldinho com válvula de pé);
- p) Chaves de grifo;
- q) Metro ou Trena;
- r) Recipientes herméticos (tipo copo) para amostras;
- s) Sacos plásticos transparentes de alta resistência;
- t) Etiquetas para identificação;
- u) Medidor de nível de água; e
- v) Outros.

18.3. O equipamento utilizado para a realização de sondagens rotativas, por sua vez, consiste em um conjunto de equipamentos que trabalham de modo mecanizado, perfurando rochas, em formato cilíndrico, através de sua ação cortante, o qual é constituído pelos seguintes elementos principais:

- a) Sondas rotativas com torres ou tripés;
- b) Conjunto bomba-motor capaz de fornecer suficiente vazão e pressão às profundidades e diâmetros a serem perfurados;
- c) Hastes;
- d) Barriletes;
- e) Coroas;
- f) Amostrador;
- g) Luvas alargadoras (calibradores);
- h) Tubos de revestimento; e
- i) Demais acessórios e ferramentas.

18.4. Ante o exposto, o equipamento a ser fornecido deve conter características suficientes para a realização de ambos os ensaios, portanto, este deve possuir conjunto de equipamentos que englobem tanto os ensaios de sondagem percussiva quanto de sondagem rotativa.

18.5. Ademais, o corpo técnico do presente DER-RO entende que este deve possuir as seguintes características:

- a) Estar apto a executar **sondagem percussiva tipo SPT** até **30 m** de profundidade (conforme condições observadas nas últimas contratações);

- b) Estar apto a executar **sondagem rotativa em rocha** de, no mínimo, **5 m** após o encontro de camada em rocha (conforme condições observadas nas últimas contratações);
- c) Estar apto a executar em condições de campo nos 52 municípios do Estado, com deslocamento e mobilização compatíveis com a malha rodoviária existente;
- d) Dispor de sistema hidráulico automatizado, de forma a garantir a repetição dos ensaios sem desgastes demasiados;
- e) Proporcionar a segurança da equipe (Execução de serviços com minimização de riscos);
- f) Atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis (NBR 6484, NBR 15492, etc.);
- g) Incluir peças sobressalentes essenciais, em razão da morosidade e complexidade do processo licitatório para reposição futura;
- h) Incluir treinamento operacional presencial em Porto Velho, capital de Rondônia, considerando que não há fabricante local desse tipo de equipamento;
- i) Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses sem custo adicional para a Administração nesse período.

#### 18.6. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE

18.6.1. O equipamento deverá atender aos seguintes padrões mínimos:

- a) Dispor de sistema hidráulico automatizado, de forma a garantir a repetição dos ensaios sem desgastes demasiados;
- b) Dispor de estrutura metálica reforçada, adequada a operação em campo sob condições severas (umidade elevada, solos argilosos, terrenos irregulares) com proteção anticorrosiva;
- c) Proporcionar a segurança da equipe (Execução de serviços com minimização de riscos);
- d) Atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis (NBR 6484, NBR 15492, etc.);
- e) Incluir peças sobressalentes essenciais, em razão da morosidade e complexidade do processo licitatório para reposição futura;
- f) Incluir treinamento operacional e de manutenção preventiva presencial em Porto Velho, capital de Rondônia, considerando que não há fabricante local desse tipo de equipamento;
- g) Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses sem custo adicional para a Administração nesse período.

#### 18.7. CRITÉRIOS TÉCNICOS ESSENCIAIS

18.7.1. O equipamento deverá, no mínimo:

- a) Executar sondagem SPT conforme padrão normativo (martelo padronizado de 65 kg, queda livre de 75 cm);
- b) Permitir execução de sondagem rotativa com recuperação de testemunho;
- c) Estar apto a executar **sondagem percussiva tipo SPT** até **30 m** de profundidade (conforme condições observadas nas últimas contratações);
- d) Estar apto a executar **sondagem rotativa em rocha** de, no mínimo, **5 m** após o encontro de camada em rocha (conforme condições observadas nas últimas contratações);
- e) Estar apto a executar em condições de campo nos 52 municípios do Estado, com deslocamento e mobilização compatíveis com a malha rodoviária existente;
- f) Operar em solo e rocha com torque e rotação adequados;
- g) Permitir circulação de fluido de perfuração;
- h) Apresentar dimensões compatíveis com transporte em rodovias estaduais;
- i) Apresentar estabilidade operacional garantida por sistema de nivelamento.

18.8. Tais especificações encontram-se fundamentadas em critérios técnicos, operacionais e normativos amplamente consolidados no âmbito da engenharia geotécnica, bem como nas condições específicas de execução dos serviços observadas em contratações anteriores no Estado, conforme disposto a seguir:

18.8.1. Execução de sondagem SPT com martelo padronizado (65 kg e queda de 75 cm): de acordo com a padronização estabelecida pela ABNT NBR 6484, norma técnica que rege a execução do ensaio de penetração padrão no Brasil, a observância desses parâmetros é indispensável para garantir a confiabilidade, repetibilidade e comparabilidade dos resultados obtidos, sendo amplamente exigida em projetos de obras de arte especiais.

18.8.2. Execução de sondagem rotativa com recuperação de testemunho: visa atender à caracterização geomecânica de maciços rochosos, especialmente em locais onde há ocorrência de rocha em fundações de pontes, neste sentido, a recuperação de testemunho é essencial para classificação geológica, determinação de RQD e definição de parâmetros de projeto, conforme boas práticas da engenharia e diretrizes da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica.

18.8.3. Capacidade de execução de SPT até 30 m de profundidade: conforme análise do histórico de investigações geotécnicas realizadas pelo órgão, nas quais se verificou que a maioria das fundações de obras de arte especiais exige investigações nessa ordem de profundidade, portanto, uma limitação inferior comprometeria a adequada definição do perfil geotécnico, podendo implicar riscos técnicos.

18.8.4. Capacidade de execução de sondagem rotativa em rocha (mínimo de 5 m): objetiva garantir a confirmação da continuidade e qualidade do maciço rochoso após sua interceptação, evitando interpretações equivocadas de matacões ou blocos isolados, prática recomendada em diretrizes técnicas usuais de projetos de fundações profundas.

- 18.8.5. Operação em todo o território estadual (52 municípios): deve-se considerar as condições logísticas e de acesso do Estado, que apresenta trechos com limitações de infraestrutura viária, por isto o equipamento deve possuir características de mobilidade e robustez compatíveis com estradas não pavimentadas, assegurando a viabilidade operacional da contratação.
- 18.8.6. Torque e rotação adequados para solo e rocha: a versatilidade operacional é necessária para execução de sondagens mistas, permitindo a transição entre métodos sem necessidade de substituição de equipamento, o que otimiza tempo, custo e logística.
- 18.8.7. Sistema de circulação de fluido de perfuração: este fator é essencial para estabilização das paredes do furo, remoção de detritos e resfriamento das ferramentas, especialmente em sondagens rotativas, garantindo a qualidade e continuidade da perfuração.
- 18.8.8. Dimensões compatíveis com transporte rodoviário: a exigência decorre da necessidade de deslocamento entre diferentes municípios, respeitando limitações legais e operacionais da malha rodoviária estadual, evitando custos adicionais com transporte especial.
- 18.8.9. Sistema de nivelamento para estabilidade operacional: a estabilidade do equipamento é condição indispensável para a verticalidade do furo e segurança da operação, impactando diretamente na qualidade dos dados obtidos e na integridade dos operadores.
- 18.8.10. Em suma, tais exigências estabelecidas visam garantir que o equipamento seja tecnicamente apto a executar investigações geotécnicas confiáveis, em conformidade com normas técnicas vigentes, assegurando a qualidade dos dados que subsidiarão projetos de engenharia de obras de arte especiais. Ademais, tais requisitos estão alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, evitando contratações inadequadas que possam gerar retrabalho, riscos estruturais ou custos adicionais à Administração.

18.9. **REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 18.9.1. O equipamento deverá:
- a) Possuir motor com tecnologia que atenda, no mínimo, aos padrões nacionais vigentes de controle de emissões;
  - b) Dar preferência por motores com menor consumo específico de combustível;
  - c) Possuir sistema hidráulico com eficiência energética comprovada.
  - d) Conter sistema de contenção de vazamentos de óleo hidráulico;
  - e) Dispor de dispositivos que permitam recolhimento e destinação adequada de resíduos de perfuração;
  - f) Apresentar baixo nível de emissão sonora compatível com operação em áreas habitadas;
  - g) Apresentar vida útil estimada mínima compatível com bens permanentes de engenharia (10 anos ou superior);
  - h) Possuir custo de manutenção compatível com a realidade orçamentária do DER/RO.

18.9.2. O fabricante deverá estar regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

18.10. **VEDAÇÕES TÉCNICAS**

- a) Não serão admitidos equipamentos adaptados sem certificação do fabricante;
- b) Não serão aceitos equipamentos sem comprovação de capacidade para execução simultânea de SPT e rotativa;
- c) Não será admitido equipamento cuja assistência técnica esteja restrita ao exterior sem representante no Brasil.

19. **DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

- 19.1. A contratada deverá realizar a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.
- 19.2. A entrega se dará de forma integral, em até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Contratada da Ordem de Fornecimento ou da nota de Empenho, o que ocorrer primeiro. Este prazo poderá ser ampliado em casos excepcionais, mediante justificativa, desde que haja a concordância da Administração.
- 19.3. O objeto deverá ser entregue na quantidade solicitada e de acordo com as especificações disponibilizadas em Termo de Referência e Contrato;
- 19.4. O objeto deverá ser entregue na 13ª RR- Residência Regional - DER/RO, situada na Rua Antônio Lacerda, 4168 – Setor Industrial. CEP – 76.821-038, no município de Porto Velho/RO. Horário de funcionamento: 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.
- 19.5. A Contratada deverá entregar o objeto em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega do objeto, consignando-se os motivos.
- 19.6. O recebimento do objeto da compra se dará conforme o disposto no art. 140, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 14.133/2021, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:
- a) provisoriamente, de forma sumária em até 02 (dois) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
  - b) definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

- 19.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e/ou Termo de Referência e com a proposta;
- 19.8. A critério exclusivo da Comissão de Recebimento, poderão ser realizados testes nos materiais de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência.
- 19.9. Sendo satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.
- 19.10. Caso insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o respectivo objeto integrante do Termo de Referência em questão será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando se realizarão novamente as verificações necessárias.
- 19.11. Caso a substituição não ocorra neste prazo, a contratada incorrendo em atraso na entrega, estará sujeita à aplicação das sanções previstas.
- 19.12. Os custos da substituição do objeto rejeitado desta aquisição ocorrerão exclusivamente a expensas da contratada.
- 19.13. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar qualquer irregularidade detectada quando da utilização do mesmo.
- 19.14. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 19.15. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 19.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes.
- 19.17. O Recebimento Definitivo será dado após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto nº nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 19.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas no fornecimento do objeto ou no instrumento de cobrança.
20. **ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL - PAC E SOLICITAÇÃO DE EMPENHO**
- 20.1. A Dotação Orçamentária para atendimento da presente contratação cujo objeto é a Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa) fora aportada aos autos por meio do Despacho DER-GPLAN ([0067215118](#)), e possui a seguinte dotação orçamentária conforme quadro abaixo:

1.1 - Quadro de Dotação Orçamentária				
Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.782.2106.1386	452	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.759.0.08028 / 2.759.0.08028	11025 / 14011	44.90.52

- 20.2. A aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista está alinhada aos instrumentos de planejamento organizacional, por conter relação direta com os objetivos deste departamento no que se refere ao tráfego seguro e eficiente das rodovias, proporcionando a integração regional, o escoamento da produção agrícola e o abastecimento dos municípios, buscando sempre a redução de acidentes. Neste sentido, as pontes são infraestruturas fundamentais por desempenharem um papel crucial na conectividade e acessibilidade das estradas, sendo estruturas projetadas para superar obstáculos naturais, como rios, lagos, desfiladeiros e vales, criando um elo vital na rede viária que facilita o transporte de pessoas, mercadorias e serviços, sendo essenciais no desenvolvimento socioeconômico e na qualidade de vida da população em geral. A aquisição do bem objeto deste Termo de Referência está inserida no Plano de Contratações Anual deste DER-RO no "Item 131 - Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa)", conforme informado no solicitado no Documento de Formalização de Demanda - DFD 4 ([67998052](#)) e anexo ao presente Processo em Adendo - Inclusão de item no PCA ([71555490](#)).
21. **DO PAGAMENTO**
- 21.1. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após habilitação para pagamento, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, contados da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgão fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes. O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega.
- 21.2. No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município de **Porto Velho**.
- 21.3. No caso de prestação de serviço ou fornecimento de bens a retenção de imposto de renda será na fonte, sendo destacado o imposto na nota fiscal, com a finalidade de viabilizar o cumprimento da obrigação tributária pelo Estado de Rondônia e atenuar os casos de recusa por parte do fornecedor e/ou dificuldade no procedimento de retenção.

- 21.4. O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluam todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos de licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.
- 21.5. Obedecido ao Cronograma Físico apresentado, será procedida à medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a contratada deverá apresentar na sede do DER/RO, a Nota Fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao Setor Financeiro junto com a documentação completa e respectiva medição. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.
- 21.6. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Concorrência Eletrônica e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.
- 21.7. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;
- 21.8. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente do país, com o prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do atesto na respectiva Nota Fiscal.
- 21.9. O DER/RO pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos.
- 21.10. Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluam todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos de licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.
- 21.11. Obedecido ao Cronograma Físico apresentado, será procedida à medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar na sede do DER/RO, as notas fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras do DER/RO, após devidamente atestada pela comissão de fiscalização e gestão designada.
- 21.12. As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.
- 21.13. Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.
- 21.14. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.
- 21.15. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei nº. 14.133/2021.
- 21.16. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = N x VP x I**, sendo:
- EM** = Encargos moratórios;
- N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP** = Valor da Parcela a ser paga
- I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:
- I** = (TX/100)/365 I = .....
- TX** = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA
- 21.17. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 21.18. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;
- 21.19. Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.
- 21.20. O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.
- 21.21. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.
- 21.22. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.
- 21.23. A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:
- 21.24. Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “*Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.*”

- 21.25. Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.
- 21.26. O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.
- 21.27. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária, observando-se ainda a legislação específica de cada município.
- 21.28. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
- 21.29. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.
- 21.30. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.
- 21.31. A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.
- 21.32. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 21.33. Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela contratada.
- 21.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 21.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 21.36. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 21.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 21.38. As medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas desde que devidamente cumpridas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 21.39. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.
- 21.40. Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.
- 21.41. Cabe observar que etapas que sejam correlacionadas e/ou que para garantia da sua efetividade necessitam que outras etapas sejam executadas, devem ser executadas em sequência e, se possível, concomitantemente, ficando a critério da fiscalização o recebimento.
- 21.42. Em estrita observância à Instrução Normativa da SEFIN/RO e demais normas do Estado de Rondônia, a retenção na fonte do Imposto de Renda (IRRF) sobre os pagamentos efetuados pelo Contratante será realizada em conformidade com a legislação federal aplicável, tendo o Estado de Rondônia a titularidade da respectiva receita. Fica a Contratada obrigada a informar no documento fiscal o valor do IR, devendo ser observada a alíquota correspondente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme as tabelas anexas à IN RFB nº 1.234/2012, aplicáveis ao Estado de Rondônia.
- I - As empresas optantes pelo Simples Nacional (Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP) ficam dispensadas da retenção do IRRF, conforme Instrução Normativa RFB nº 765/2007, e do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) pelo Contratante, desde que apresentem, no ato da assinatura do contrato e de suas prorrogações, a declaração de que trata o Anexo II da IN nº 10/2025/SEFIN-COTES ou suas alterações.
- II - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão, ainda, apresentar em conjunto com a Nota Fiscal/Fatura, o comprovante do recolhimento mensal (Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS) referente ao período de apuração anterior, como forma de comprovação de sua regularidade fiscal perante o regime tributário diferenciado.
- III - A falta da declaração de que trata o item 'I' ou do comprovante do item 'II' sujeitará a Contratada à retenção do IRRF sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço, e a retenção do ISSQN se aplicará, conforme a legislação municipal. A Contratada tem o dever de informar imediatamente qualquer alteração em seu regime tributário.
22. **NECESSIDADE DE PROVA DE CONCEITO, AMOSTRAS, CERTIFICAÇÕES, LAUDO OU DOCUMENTO SIMILAR**
- 22.1. Considerando que o objeto em questão consiste na aquisição de equipamento de sondagem mista (percussiva e rotativa), não se faz necessária a realização de prova de conceito ou apresentação de amostras físicas para comprovação de desempenho, uma vez que as especificações técnicas serão devidamente detalhadas no Termo de Referência e poderão ser verificadas no momento do recebimento.
- 22.2. Entretanto, será exigida a apresentação de catálogos técnicos, manuais do fabricante e declarações de conformidade, contendo informações que comprovem o atendimento às normas técnicas aplicáveis (especialmente as ABNT NBR 6484 e ABGE 104/2023) e demais padrões de segurança e desempenho.
- 22.3. Dessa forma, busca-se garantir que o bem adquirido apresente qualidade comprovada e desempenho compatível com as necessidades técnicas da Administração, sem impor exigências desproporcionais que possam restringir a competitividade do certame.
23. **PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

23.1. Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos. Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:

I - **Procedimentos de Transição:**

- a) Continuidade da Gestão: Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização com apoio da gerência de contratos e fiscalização, conforme descrito no item VII, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado.
- b) Penalidades: Em caso de surgimento de ocorrências devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa contratada, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa contratada para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

II - **Procedimentos de Finalização:**

- a) Cumprimento das Obrigações: Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de produtos ou serviços, entre outros.
- b) Liquidar Pendências: Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas.
- c) Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento: Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia.
- d) Documentação Final: Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas.
- e) Desmobilização de Recursos Financeiros: Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.
- f) Análise de Resultados e Lições Aprendidas: Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

III - **Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na alínea d) do item II;

IV - **Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na alínea d) do item II;

V - **Início do acompanhamento da garantia**, que inicia contagem a partir da data de fornecimento do objeto contratado;

VI - **Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público** pelo setor responsável;

VII - Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenadoria responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia.

24. **DEFINIÇÃO DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

24.1. Neste sentido, considerando tratar-se de aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital mediante especificações usuais de mercado, a modalidade de **Pregão Eletrônico** se demonstra mais adequada, conforme previsto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

24.2. O **critério de julgamento por menor preço** justifica-se diante do fato que o objeto é padronizado e comparável entre os licitantes, não havendo necessidade de valoração técnica diferenciada. Com isso, o objeto está devidamente especificado por meio de elementos que garantem que o julgamento possa se concentrar na análise objetiva do menor preço, sem comprometer a qualidade do bem, já que todos os licitantes deverão atender integralmente às exigências técnicas previamente definidas.

24.3. O **modo de disputa aberto** estimula a ampla competição, possibilitando que os licitantes apresentem lances sucessivos e decrescentes, o que pode resultar em melhores condições econômicas para a Administração, além de favorecer a transparência do processo, pois os lances são públicos e podem ser acompanhados em tempo real. Em suma, este modo é adequado tendo em vista que o objeto, por ser bem definido e de risco técnico relativamente baixo, permite que o foco da disputa seja, de fato, o preço, sem prejuízo da qualidade, que está assegurada pelas exigências técnicas do edital.

24.4. Ademais, o Art. 56, § 1º da Lei 14.133/2021 infere:

“§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.”

24.5. Dessa forma, a combinação da modalidade pregão eletrônico, com o critério de julgamento por menor preço e o modo de disputa aberto, revela-se plenamente adequada, eficiente e alinhada aos princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da busca pela melhor solução técnica, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

24.6. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

- 24.6.1. Na proposta deverão constar o preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer.
- 24.6.2. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este termo, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final do objeto deste certame.
- 24.6.3. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado.



- 24.6.4. As **propostas terão validade de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 24.6.5. Indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.
25. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS**
- 25.1. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos no artigo 62, incisos I ao IV, da Lei 14.133/21, devendo ser observada as seguintes disposições:
- 25.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**
- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;
  - c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
  - d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
  - e) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802/2023;
  - f) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022 (art. 15 a 17);
  - g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
  - h) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame;
  - i) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro).
- 25.3. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**
- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;
  - b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
  - d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
  - e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
  - f) Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).
  - g) Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- 25.4. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 25.4.1. A empresa licitante deverá apresentar capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação de acordo com o §4º do art. 69. da Lei 14.133/2021.
  - 25.4.2. Será considerado como o valor da contratação aquele referente ao item em que a licitante se classificou.
  - 25.4.3. No caso do licitante classificado em mais de um item, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;
  - 25.4.4. Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
  - 25.4.5. As regras descritas nos itens anteriores deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item.
  - 25.4.6. Será exigida a habilitação econômico-financeira de acordo com o Art. 69 da Lei 14.133/21, visando demonstrar a aptidão econômica da empresa a ser contratada para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:
    - a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
    - b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
    - c) Relação de Compromissos assumidos.
  - 25.4.7. No que tange ao Balanço Patrimonial, este deve comprovar: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

- 25.4.8. Deverá apresentar a Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.
- a) Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.
- b) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica
- 25.4.9. A comprovação de que o patrimônio líquido ou capital social mínimo tem a finalidade de demonstrar que a licitante possui porte econômico compatível com o objeto da contratação e a exigência de índices contábeis de LC, SG e LG visam garantir que a licitante possua disponibilidades financeiras (liquidez) suficientes para honrar suas obrigações, já que a situação patrimonial (medida pelo patrimônio líquido ou capital social) pode estar em grande parte alocada em ativos de baixa liquidez, como participações societárias em outras empresas ou imóveis; enquanto a relação de compromissos assumidos é necessária para assegurar que a licitante não tenha previamente comprometido sua disponibilidade financeira e patrimonial com outros contratos anteriormente celebrados.
- 25.4.10. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 25.4.11. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 25.4.12. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 25.4.13. O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a(s) vencedora(s) detenha(m) condições econômicas para executar o futuro contrato.

## 25.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 25.5.1. As exigências de qualificação técnica se darão na forma do Art. 67 da Lei 14.133/2021, o qual versa:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento."

- 25.5.2. Deste modo, o § 1º do art. 67 estabelece que as parcelas de maior relevância deverão corresponder a valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. Ademais, o § 2º do mesmo dispositivo admite a exigência de atestados com quantitativos mínimos de até 50% (cinquenta por cento) dessas parcelas, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

- 25.5.3. O § 3º infere que para contratações como a em tela, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput do referido artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

- 25.5.4. Neste sentido, tendo em vista que o objeto trata-se de uma unidade singular, não havendo definição de parcela de maior relevância e, ainda, não sendo possível definir porcentagem para a exigência de atestados ao se considerar que esta definição resultaria em quantidades menores que uma unidade de equipamento, será exigido Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido anteriormente **pelo menos 01 (uma) unidade do equipamento compatível em características**.

- 25.5.5. Ainda, o licitante que tiver sua proposta dada como vencedora, deverá apresentar, na etapa de habilitação, juntamente com os documentos de qualificação técnica estabelecidos, **declaração** de que dispõe de Certificado de calibração de acordo com a RCB - Rede Brasileira de Calibração, afirmando que, quando da assinatura do contrato, irá disponibilizar os referidos documentos à Administração, sob pena de inabilitação. Tal exigência de certificado de calibração emitido por laboratório integrante da Rede Brasileira de Calibração (RBC) justifica-se pela necessidade de assegurar a rastreabilidade metrológica e a confiabilidade dos parâmetros obtidos durante a execução das sondagens, sendo requisito essencial à qualidade dos serviços geotécnicos.

## 25.6. OUTROS DOCUMENTOS

- 25.6.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 25.6.2. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 25.6.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 25.6.4. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

25.6.5. Comprovação de inexistência de proibição de contratação através da Certidão negativa no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CAGEFIMP).

26. **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

26.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).

26.2. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

26.3. Contrato poderá ser prorrogado, conforme as diretrizes do Art. 146 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

26.4. A prorrogação que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no contrato.
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato com informações que as aquisições tenham sido prestadas regularmente.
- c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.
- d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

26.5. A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o art. 104, inciso I e o art. 124, inciso I todos da Lei n. 14.133/21.

27. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

27.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

27.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

27.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

27.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

27.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

27.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

27.7. Cientificar a Procuradoria-Geral do Estado e Controladoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, conforme previsto no 2º, do art. 184 do Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

27.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

27.9. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme previsto no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

27.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

27.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

27.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

28. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

28.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital de licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto tais como frete, impostos e demais taxas referentes à entrega do material devendo estes ser inclusos no valor da proposta.

28.2. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no procedimento licitatório.

28.3. Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

28.4. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no local e prazo indicados na mesma.

28.5. Fazer acompanhar, quando da entrega do material, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.

28.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação para tal.

28.7. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER-RO ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

- 28.8. Deverão ser entregues também certificado de garantia, manual de operação e manutenção, catálogo de peças, todos em português.
- 28.9. O objeto deste termo deverá ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses pelo fabricante.
- 28.10. A licitante deverá possuir em seu corpo técnico com vínculo mecânicos/técnicos treinados e capacitados pelo fabricante, com comprovação via certificado do fabricante.
- 28.11. No ato da entrega técnica do equipamento a licitante por meio de seu mecânicos/técnicos treinados pelo fabricante, farão o treinamento dos operadores do contratante que receberão as orientações técnicas do equipamento.
- 28.12. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 28.12.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 28.12.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 28.12.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 28.12.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 28.12.5. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 28.12.6. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 28.12.7. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na dispensa de licitação eletrônica ou para qualificação na contratação direta;
- 28.12.8. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 28.12.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 28.12.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 28.12.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 28.12.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 28.12.13. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 28.12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 28.12.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 28.12.16. Realizar cadastro no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) por meio do site: <https://sei.ro.gov.br/>, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.
- 28.12.17. Assinar/Retirar o Instrumento Contratual ou documento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.

29. **DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 29.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei Federal n. 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 29.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 29.3. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 29.4. A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os [arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 29.5. **DA GESTÃO DO CONTRATO:** O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, que cabe a ele seguir as funções expostas no [art. 20 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024](#).
- 29.6. **DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** Será designado para a função de fiscal de contrato servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes às funções expostas no art. 22 do [Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024](#).
- 29.6.1. Caberá ao **fiscal técnico** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.
- 29.6.2. Caberá ao **fiscal administrativo** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

- 29.6.3. Os relatórios elaborados pela fiscalização do contrato administrativo deverão abordar, no que couber, os pontos elencados no art. 25 do [Decreto Estadual n. 28.874, de 2024](#).
- 29.6.4. Caso a execução do contrato ocorra em setores distintos ou em unidades descentralizadas, será designado fiscais setoriais nos locais, de modo que haja acompanhamento na execução nos aspectos técnicos ou administrativos, conforme previsão do §1º, do art. 19 do [Decreto Estadual n. 28.874, de 2024](#).
30. **ANÁLISE DE RISCOS E MATRIZ DE RISCOS**
- 30.1. A nova Lei de licitações 14.133/2021 em seu Art. 22. traz a seguinte recomendação:

O edital **poderá** contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo. (**grifo nosso**).
- 30.2. O Decreto Estadual N° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, infere que:

Art. 40. Os órgãos e entidades deverão elaborar a matriz de riscos nas contratações de serviços caso o valor estimado superar R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por exercício.
- 30.3. Portanto, tendo em vista que a presente contratação trata-se da aquisição de objeto, bem como o seu valor estimado é inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), não fora elaborada matriz de riscos contratual, aplicável à fase de execução do contrato.
- 30.4. No entanto, análise e matriz de riscos do planejamento da contratação está disposta a seguir:

Tabela 04 - Análise e Matriz de riscos

MATRIZ DE RISCOS E ANÁLISE DE RISCOS												
IDENTIFICAÇÃO DE RISCO				NÍVEL DE RISCO			PRIORIZAÇÃO <sup>7</sup>	RESPOSTA (M, A, T ou E) <sup>8</sup>	AÇÕES SUGERIDAS <sup>9</sup>	PLANO DE AÇÃO <sup>11</sup>		
Numeração	Risco <sup>1</sup>	Causa do Risco <sup>2</sup>	Consequência(s) <sup>3</sup>	P <sup>4</sup>	I <sup>5</sup>	(P)x(I) <sup>6</sup>				Quem?	Quando?	
FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO												
R1	Termo de Referência incompleto ou inadequado	Falhas na elaboração do ETP (requisitos técnicos) ou durante a elaboração no que tange aos requisitos jurídicos e/ou administrativos.	Elaboração de edital inadequado gerando recursos ou impugnação quando da sua publicação, atrasando, assim o procedimento licitatório devido a republicação do edital.	2	2	4	Baixo	M	Fazer Checklists, bem como que todos os envolvidos na elaboração do Termo de Referência trabalhem em conjunto.	GEL e Demandante	Imediato	Refe das i
R2	Quantitativos estimados em excesso ou em quantidade insuficiente.	Levantamento de quantitativos realizado de maneira equivocada ou fator não identificado no anteprojeto.	Surgimento de termos aditivos ao contrato	2	4	8	Média	M	- Justificar adequadamente o quantitativo solicitado;  - Tentar validar as quantidades com a área comercial e com a experiência dos fornecedores.	Demandante	Imediato	Rec e
R3	Ausência de justificativa para a contratação	Falta de habilidade técnica sobre itens da contratação	Não atendimento ao princípio da motivação	1	3	3	Baixo	M	Apresentar justificativa para contratação conforme necessidades e planejamento estratégico da contratante.	GEL e Demandante	Durante elaboração do ETP	Trab equi
R4	Ausência de critérios para recebimento do objeto	Ausência de informação	Não segregação entre recebimento provisório e definitivo, com consequente não avaliação de outros aspectos contratuais ou recebimento do objeto em desconformidade com as especificações técnicas.	1	4	4	Baixo	E	- Adotar critérios e prazos para recebimento do objeto conforme legislação, estabelecidos no Regulamento Interno.	GEL e Demandante	Na elaboração do Termo de Referência	Defi «

R5	Critérios inadequados para medição e pagamento	Ausência de previsão à forma de pagamento	Conflitos e possíveis atrasos entre contratante e contratada; Desperdício de recursos.	1	5	5	Médio	M	- Informar formas de pagamento disponíveis e indicar a que melhor se aplica ao caso.	GEL	Na elaboração do TR	/
R6	Contratação não produzir resultados capazes de atender à necessidade demandada, com consequente desperdício de recursos públicos.	Descrição inadequada do objeto	Não autorização do prosseguimento para contratação	1	5	5	Médio	M	- Descrever adequadamente o objeto de forma clara e objetiva para entendimento de todas as áreas envolvidas.	Demandante	Imediato	Rec e
R7	Risco de demora da análise pela área Jurídica e adequações ou recomendações ao edital, provenientes da análise da referida área	Multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.	Prejuízo na contratação dentro dos prazos previstos; Descontinuidade dos serviços.	1	5	5	Médio	M	- Revisar os documentos de acordo com as recomendações solicitadas pelo Jurídico	GEL e o Demandante	Na análise dos documentos elaborados para contratação	A

## FASE DE ANÁLISE: QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS

R8	Estimativa incorreta de preços	Problemas no escopo; Aplicação incorreta das técnicas	Adequação da planilha quanto as suas especificações.	2	3	6	Médio	M	- Ajustar o escopo. - Realizar o máximo de pesquisas de preços, esgotando todos os meios;	Demandante e Setor de Orçamentos	Imediato	Trab: equi
R9	Estimativa incorreta de quantidades	Problemas no escopo; Aplicação incorreta das técnicas	Adequação do projeto quanto as suas especificações.	3	3	9	Médio	M	- Ajustar o escopo; - Analisar criteriosamente os valores apresentados.	Demandante	Imediato	Trab: equi
R10	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Desequilíbrio financeiro relacionado a atrasos de pagamentos das medições pela Contratante.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços	1	5	5	Médio	M	- A licitação necessita ser iniciada com a previsão de existência de recursos orçamentários para a execução do contrato;	Demandante. As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco.	Imediato	

## FASE DE ANÁLISE: LICITAÇÃO

R11	Acordos entre empresas que atuam no ramo a ser contratado	Análise deficiente dos fornecedores dos serviços	Elevação do preço cobrado no mercado sobre o mesmo serviço ou produto.	2	5	10	Médio	M	- Realizar, juntamente com o demandante, análise criteriosa do Quadro Estimativo de Preços.	SUPEL	No momento da aprovação do Quadro Estimativo de Preços	Er
R12	Seleção de prestadores sem condições de cumprir o contrato	Deficiência das exigências referente às habilitações técnicas, econômicas, financeiras, seguro, atestado e sanções	Inexecução do contrato	1	5	5	Médio	E	- Verificar a idoneidade da empresa em outros órgãos da Adm. Pública; - Exigir certificação compatível com o objeto no momento da contratação.	SUPEL	Durante a fase de habilitação e antes da elaboração do contrato	Com disp

R13	Licitação Deserta ou pouca probabilidade de negociação de valores acima do T.R.	Deficiência na realização da pesquisa estimativa de preço	Prejuízo na contratação dentro dos prazos previstos; descontinuidade dos serviços.	1	5	5	Médio	E	- Elaborar orçamentos que representem a realidade atual.	Demandante	No momento da elaboração do Quadro Estimativo de Preços	Rec e
R14	Risco de existência de número elevado de interposição de recursos ao resultado da Licitação.	Minutas e documentos em desacordo com práticas usuais de modelos de execução	Atraso no processo; Necessidade de mobilização de equipes envolvidas em caráter prioritário.	1	3	3	Baixo	M	- Produzir minutas e documentos de acordo com práticas usuais e modelos de execução e remuneração adequados	SUPEL em conjunto com o demandante	Imediato	Er dem:
	FASE DE ANÁLISE: FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO											
R15	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos.	Multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	3	4	12	Alto	M	- Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; - Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	Coordenador e Direção	Fase de execução do contrato	As i r pro con re: exec
R16	Fiscalização ineficiente do contrato.	Equipe indicada é inadequada à fiscalização do contrato, e falta de capacitação da equipe para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	1	5	5	Médio	M	- Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federal, adotando a multidisciplinaridade de funções; - Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Setor Demandante, Fiscais e Gestores	Fase de execução do contrato	As m sufici mate

Legenda das colunas:

- 1: descrição do risco identificado;
- 2: motivo que resultou à ocorrência do risco;
- 3: efeitos que o risco causará no objeto da contratação.
- 4: probabilidade, indicação do peso referente a chance do risco se concretizar conforme a escala de probabilidade;
- 5: impacto, indicação do peso referente ao resultado do evento sobre o objeto conforme a escala de impacto;
- 6: fórmula para calcular o nível do risco;
- 7: identificação do nível conforme escala para classificação de níveis de risco;
- 8: classificação da ação que deverá ser desenvolvida em resposta ao risco, sendo elas Mitigar(M), Aceitar(A), Transferir(T) e Evitar(E);
- 9: ações antecipadas que visa prevenir a ocorrência do risco;
- 10: descrição das medidas que deverão ser tomadas para enfrentamento do evento, no qual deverá ser definido o responsável(quem?), o momento (quando?) e a medida (como?).

30.5. As tabelas abaixo apresentam os parâmetros escalares dos níveis de probabilidade e impacto, os quais foram levados em consideração como instrumento de apoio no momento da análise e definição de classificação dos riscos.

Tabela 05 - Escala de classificação de probabilidade		
ESCALA DE PROBABILIDADE		
PROBABILIDADE	PESO	DESCRIÇÃO
Muito Baixa	1	Em situações excepcionais o evento poderá até ocorrer, mas não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência, portanto, é improvável que aconteça.



Baixa	2	O histórico conhecido aponta para baixa frequência, podendo o evento ocorrer de forma inesperada ou casual.
Média	3	Repete-se com frequência razoável ou há indícios que possa ocorrer de alguma forma.
Alta	4	Repete-se com elevada frequência ou sua ocorrência é até esperada, pois os indícios apontam essa possibilidade.
Muito Alta	5	Os indícios indicam claramente que o evento ocorrerá, portanto, é praticamente certo.

Tabela 06 - Escala de classificação de impacto

ESCALA DE IMPACTO		
IMPACTO	PESO	DESCRIÇÃO
Muito Baixo	1	Não altera o alcance do objetivo.
Baixo	2	Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do atingimento do objetivo.
Médio	3	Compromete razoavelmente o alcance do objetivo, porém recuperável.
Alto	4	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo, sendo de difícil reversão.
Muito Alto	5	Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo, de forma irreversível.

- 30.6. Em seguida, é apresentada a matriz de risco e a escala para classificação de níveis de risco que permite a visualização da criticidade de cada risco. Cabe esclarecer que, os riscos foram enquadrados em uma região da matriz de acordo com seu nível. Portanto, caso o risco enquadre-se na região verde (1 a 4), seu nível de risco é entendido como baixo, Caso esteja na região amarela (5 a 10), entende-se como médio; se estiver na região laranja (12 a 16) entende-se como alto e se estiver na região vermelha (20 a 25), entende-se como nível de risco extremo.
- 30.7. Para melhor compreensão, ressalta-se que, as colunas referem-se aos níveis da probabilidade e as linhas são concernentes aos níveis do impacto, devendo ser levado em consideração no momento da elaboração da matriz de risco.

Tabela 07 - Matriz de risco (Impacto X Probabilidade)

MATRIZ DE RISCO						
IMPACTO (I)	Muito Alto 5	5 (RM) - (R5, R6, R7, R10, R12, R13, R16)	10 (RM) - (R11)	15 (RA)	20 (RE)	25 (RE)
	Alto 4	4 (RB)	8 (RM) - (R2)	12 (RA) - (R15)	16 (RA)	20 (RE)
	Médio 3	3 (RB) - (R3, R14)	6 (RM) - (R8)	9 (RM) - (R9)	12 (RA)	15 (RA)
	Baixo 2	2 (RB)	4 (RB) - (R1, R4)	6 (RM)	8 (RM)	10 (RM)
	Muito Baixo 1	1 (RB)	2 (RB)	3 (RB)	4 (RB)	5 (RM)
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 3	Alta 4	Muito Alta 5
PROBABILIDADE (P)						

Tabela 08 - Escala de nível de risco (Impacto X Probabilidade)

ESCALA PARA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEIS DE RISCO			
RB (Risco Baixo)	RM (Risco Médio)	RA (Risco Alto)	RE (Risco Extremo)
1 - 4	5 - 10	12 - 16	20 - 25

31. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL
- 31.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a licitante vencedora possa cumprir o objeto desta licitação.

- 31.2. Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização;
- 31.3. Implementação de sistemas ou ferramentas de acompanhamento e gestão que permitam monitorar o cumprimento de cláusulas contratuais e prazos.
- 31.4. Ressalta-se que deve ser observado que os agentes públicos que irão desempenhar funções essenciais à execução da Lei devem ser, preferencialmente servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente da Administração.
- 31.5. Embora haja servidores com capacidade para gerir e fiscalizar o contrato no Departamento, recomenda-se caso o gestor de contratos ou fiscais (administrativo e técnicos) não tenham realizado cursos de capacitação específica no que tange à algum dos assuntos elencados a seguir, é necessário que os mesmos sejam instruídos nesta seara a fim de evitar equívocos relacionados a interpretação e execução dos serviços a eles imputados, como:
- Curso capacitação específica na nova lei de licitações de número 14.133, de 1º de abril de 2021;
  - Curso de capacitação quanto à gestão e/ou fiscalização de contratos;
  - Treinamento em legislação de contratos públicos para os envolvidos na gestão do contrato;
  - Capacitação em técnicas de gestão de contratos, incluindo monitoramento de prazos, custos e qualidade, além da identificação e resolução de riscos.

32. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

32.1. No âmbito do presente Termo de Referência para a Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa), esclarece-se que não existem contratações correlatas e/ou interdependentes neste DER-RO.

33. **RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS/MEDIDAS MITIGADORAS**

33.1. A aquisição do equipamento de sondagem geotécnica em si não implica impactos ambientais diretos significativos, uma vez que se trata de fornecimento de bens duráveis. Entretanto, durante a utilização operacional deste equipamento em campo, podem ocorrer impactos ambientais pontuais e de baixa magnitude, associados à execução dos serviços de sondagem, os quais estão dispostos na Tabela abaixo:

Tabela 09 - Possíveis riscos e impactos, juntamente com possíveis medidas mitigadoras	
Riscos/Impactos Ambientais	Medidas Mitigadoras
Geração de resíduos sólidos e pastosos decorrentes da perfuração, extração de amostras e uso de fluido de perfuração (lama bentonítica).	Implementar práticas sustentáveis de destinação adequada dos resíduos de perfuração e materiais utilizados, conforme normas ambientais e diretrizes municipais/estaduais de gestão de resíduos.
Risco de contaminação do solo e das águas superficiais/subterrâneas devido ao eventual descarte inadequado de resíduos ou fluidos utilizados.	Uso de bacias de contenção e lonas plásticas para evitar infiltração de lama ou óleos no solo.
Ruído e vibração gerados pelo funcionamento dos equipamentos de percussão e motobombas, com potencial incômodo em áreas urbanas ou sensíveis.	Manutenção preventiva dos equipamentos, a fim de evitar vazamentos de combustíveis, lubrificantes e fluidos hidráulicos; Execução dos serviços em horários adequados, observando os limites de ruído previstos em normas locais.
Emissão de gases poluentes proveniente de motores a combustão utilizados no acionamento dos equipamentos.	Planejamento da logística de operação, minimizando deslocamentos desnecessários e reduzindo a emissão de gases.
Compactação ou alteração do solo local causada pelo trânsito de veículos e montagem do equipamento em locais inadequados.	Recomposição do terreno após a execução das sondagens, garantindo a estabilidade e limpeza da área; Treinamento e capacitação das equipes, assegurando o correto manuseio dos equipamentos e o cumprimento das boas práticas ambientais.

33.2. **DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

- 33.3. É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.
- 33.4. A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.
- 33.5. A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações e normativas vigentes no que tange aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.

34. **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 34.1. Conforme o [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - III - dar causa à inexecução total do contrato;
  - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

34.2. No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

34.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

34.3.1. **Advertência**, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

34.3.2. **Multa moratória** correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

34.3.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

34.3.3. **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parte inadimplida, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato ou instrumento equivalente, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

34.3.4. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do objeto não prestado, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

34.3.5. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia pela execução parcial do contrato;

34.3.6. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia;

34.3.7. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada na substituição de equipamentos ou serviço em desacordo com o contrato no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

34.3.8. **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, **por dia de atraso na substituição do material defeituoso**, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

34.3.9. A multa prevista nos subitens 33.3.2, 33.3.3 e 33.3.8 poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as previstas nos subitens 33.3.5 e 33.3.6.

34.4. [As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção estabelecida no inciso II do mesmo dispositivo legal.

34.5. São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133/21:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

34.6. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

34.7. A aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

34.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(\*) Incide sobre a parte inadimplida.

- 34.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **subitem 32.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo **subitem**.
- 34.10. As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.
- 34.11. Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.
- 34.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.
- 34.13. A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 34.14. No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 33.2., a mesma deverá ser precedida de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.
35. **DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS**
- 35.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como as disposições gerais previstas na seção III do Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024.
- 35.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contados a partir da data de apresentação da proposta de preços.
- 35.3. Após o interregno de um ano, a contratada deverá apresentar requerimento expresso para reajuste dos preços iniciais, contado a partir da proposta, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 35.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 35.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
- 35.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 35.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 35.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 35.9. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com a alínea d, inciso II, do Art. 124 Lei nº 14.133, de 2021;
- 35.10. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);
- 35.11. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 156 e artigos 163 a 164, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.
- 35.12. O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.
- 35.13. O prazo de resposta ao pedido do reajuste se dará no máximo em 60 (sessenta) dias.

35.14. A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos, conforme o rol elencado no Art. 164 do Decreto Estadual Nº 28.874/24:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;

III - documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;

IV - ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e

V - pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.

§ 1º A Pasta responsável pelo contrato deverá analisar fundamentadamente o pedido do contratado, verificando:

I - se os fundamentos da imprevisibilidade suscitados pelo contratado efetivamente configuram fato superveniente e álea extraordinária, que guarda nexos causal com a variação de preços, apta a inviabilizar a execução contratual nos termos originalmente pactuados;

II - se foram apresentados documentos que comprovam que o contratado efetivamente arcou com os ônus da oscilação de preços durante o período respectivo;

III - quando o pedido se embasar na oscilação de preços de apenas alguns itens, se eventuais oscilações de preços de outros insumos reduziram os encargos do contratado, de modo a manter equilíbrio econômico-financeiro do contrato como um todo;

IV - se o pedido se fundamenta em algum fator de risco alocado no contrato sob a responsabilidade do contratado;

V - se houve culpa do contratado pela majoração dos seus encargos e/ou se ele deu causa a atrasos injustificáveis no cronograma da obra ou serviço;

VI - qual o saldo remanescente posterior ao fato gerador.

§ 2º A Pasta deverá cotejar os preços alegados pelo contratado com a realidade do mercado, realizando sua própria pesquisa, na forma do art. 51 deste Decreto.

§ 3º O contratado deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 4º A revisão deve se dar, em regra, com efeitos retroativos, a contar da data do evento que ocasionou a alteração da equação econômico-financeira da proposta, devendo a parte formular o pedido tão logo tenha conhecimento da repercussão dos fatos supervenientes.

§ 5º A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

35.15. Nas hipóteses de alterações contratuais e dos preços, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual 28.874/2024.

#### 36. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

36.1. Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de bem permanente com entrega única e pagamento condicionado ao recebimento definitivo, bem como que os riscos contratuais são mitigados por meio de cláusulas de aceitação, garantia técnica do fabricante e aplicação de sanções administrativas, conclui-se que a exigência de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não se mostra necessária, podendo, inclusive, restringir a competitividade e onerar indevidamente a contratação.

#### 37. **DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS**

37.1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

37.2. O contrato poderá rescindir a qualquer tempo, mediante decisão judicial ou denúncia escrita entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ocorrendo quaisquer das situações prevista no Art. 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

37.3. A extinção do contrato poderá ser motivada nos autos do processo de acordo com art. 138. da Lei Federal n. 14.133/21, *in verbis*:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

- § 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- § 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- I - devolução da garantia;
  - II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

38. DO ACESSO AO SEI

- 38.1. As empresas participantes deverão ter acesso ao sistema SEI, visto que o contrato com a vencedora será assinado eletronicamente pelo seu representante legal devidamente cadastrado. Este cadastro é destinado a pessoas físicas que estejam com PROCESSOS PARA ASSINATURA na instituição.
- 38.2. O SEI disponibiliza cadastro para usuários externos, destinado para empresas/pessoas que participam em processos administrativos junto ao Governo de Rondônia, independente de vinculação, para fins de assinatura de contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos.
- 38.3. Para realizar o cadastro inicial, o solicitante deverá acessar o site <http://sei.ro.gov.br> e clicar em “ainda não sou cadastrado”, preencher formulário com os dados pessoais e criar uma senha.
- 38.4. O sistema enviará para o e-mail cadastrado uma mensagem solicitando a confirmação do cadastro.
- 38.5. Observação: O perfil de Usuário Externo não permite criação de processo e inclusão de documentos. Sua função é exclusiva para fins de assinatura de documentos.
- 38.6. Maiores informações poderão ser solicitadas em contato com a Central de Atendimento da SETIC, pelo e-mail: [cadastrosei@setic.ro.gov.br](mailto:cadastrosei@setic.ro.gov.br), ou fone: (69) 3212-9513 – Voip 9513.

39. DA ADOÇÃO DE JUÍZO ARBITRAL

- 39.1. Nos termos do art. 11 da Lei Estadual nº 4.007, de 2017, fica estabelecido que as controvérsias decorrentes da execução contratual que envolvam direitos patrimoniais disponíveis poderão ser solucionadas por meio de **juízo arbitral**, a ser instaurado conforme as regras previstas na legislação aplicável e na cláusula compromissória a ser inserida no instrumento contratual.
- 39.2. A arbitragem, quando adotada, observará os princípios da legalidade, da publicidade, da eficiência e da motivação, sendo realizada no território nacional e em língua portuguesa, sem prejuízo do controle externo e da fiscalização pelos órgãos competentes.

40. DOS CASOS OMISSOS

- 40.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133/21 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90, bem como demais normas e princípios gerais dos contratos.

41. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 41.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 41.2. O contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 41.3. Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).
- 41.4. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).
- 41.5. Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.
- 41.6. As empresas, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente contratação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões. Omissões estas que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços propostos e que só em caso de não poderem ser corrigidas por apresentarem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.
- 41.7. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização.

42. ANEXO

- a) Quadro Comparativo de Preços ([69643118](#))
- b) Adendo - Inclusão de item no PCA ([71555490](#))
- c) Minuta de Contrato ([71735673](#))

Elaborado por:	Revisado por:	Aprovador por:
VITOR GUILHERME DO AMPARO BATISTA Engenheiro Civil	POLIANA DE MELO PESSÓIA Engenheira Civil	L. CAROLINA LISOWSKI Engenheira Civil Coordenadora da CPPOO/DER-RO

Assessor - GEL/DER-RO	<p>Gerência de Planejamento de Projetos de Obras de Arte - GOA CPPOO/DER-RO</p> <p><b>AMANDA CAROLINE REBELO RAMALHO</b> Engenheira Civil Gerência de Planejamento de Projetos de Obras de Arte - GOA CPPOO/DER-RO</p> <p><b>THAMARA LETÍCIA SILVA MACHADO</b> Engenheira Civil Gerente Planejamento de Projetos de Obras de Arte - GOA CPPOO/DER-RO</p>	
Autorização do Ordenador de Despesas		
<p><b>EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS</b> Diretor-Geral do DER/RO</p>		



Documento assinado eletronicamente por **THAMARA LETICIA SILVA MACHADO, Chefe de Unidade**, em 22/05/2026, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Poliana de Melo Pessôa, Técnico(a)**, em 22/05/2026, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Caroline Rebelo Ramalho, Assessor(a)**, em 22/05/2026, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leia Carolina Lisowski, Coordenador(a)**, em 22/05/2026, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **VITOR GUILHERME DO AMPARO BATISTA, Técnico**, em 22/05/2026, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRE FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 25/05/2026, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72481045** e o código CRC **8AF2EA45**.



QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS

DER  
Departamento Estadual de  
Estrada de Rodagem e Transportes

RONDÔNIA  
Governo do Estado



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	PROPOSTA 01	PROPOSTA 02	PROPOSTA 03	PREÇO MÍNIMO	MEDIANA DO PREÇO (DEZ/25)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO	SUBTOTAL MÍNIMO	VALOR TOTAL ESTIMADO (DEZ/25)
1.0	Equipamento para execução de Sondagem Mista (contemplando frete e treinamento)	und.	1,00	R\$ 450.000,00	R\$ 871.765,00	R\$ 736.622,00	R\$ 450.000,00	R\$ 736.622,00	R\$ 215.368,49	29,24%	MEDIANA	R\$ 450.000,00	R\$ 736.622,00
VALOR TOTAL												R\$ 450.000,00	R\$ 736.622,00



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER  
Gerência de Licitação - DER-GEL

### MINUTA DE CONTRATO

#### \* MINUTA DE DOCUMENTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º ...../20...., QUE FAZEM ENTRE O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER E A EMPRESA .....**

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTE – DER/RO, CNPJ n.º **04.285.920/0001-54**, sediado à Avenida Farquar nº 2986, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari, 5º Andar, bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral Senhor ....., e a empresa [**NOME DA EMPRESA**], CNPJ/MF n.º **00.000.000/00001-00**, estabelecida no [**ENDEREÇO DA EMPRESA**], doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. [**NOME DO REPRESENTANTE**], celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.012092/2025-57**, firmado por meio a homologação do Pregão Eletrônico n.º..../202..., **com fundamento na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, bem como demais legislações vigentes e homologado pela Autoridade Competente, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O objeto trata-se da **Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa)**, com o fito de atender às necessidades deste Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - DAS QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS:** A quantidade estimada fora apresentada pela unidade técnica, por meio do Estudo Técnico Preliminar 45 ([71498170](#)), onde será adquirido o seguinte item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID
1	Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista	318654	1,00

(Sondagem à  
Percussão (SPT) e  
Sondagem Rotativa).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** No que tange ao CATMAT indicado na Tabela acima, cumpre salientar, que não fora encontrado no Catálogo de Materiais e Serviços item específico que contemple o objeto da contratação, tendo sido adotado CATMAT análogo que melhor se enquadrasse nas especificações do objeto.

**PARÁGRAFO QUARTO - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES:** Será necessária a aquisição de 01 Equipamento para realização de Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa).

**PARÁGRAFO QUINTO:** A definição do quantitativo de 01 (uma) unidade de Equipamento para realização de Sondagem Mista (SPT e Rotativa) não decorre de estimativa de consumo fracionável ou demanda variável, mas da necessidade de dotar o DER-RO de estrutura mínima própria para execução de investigações geotécnicas em apoio aos projetos e obras de infraestrutura.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Diferentemente de bens de consumo, o objeto em questão consiste em equipamento de natureza indivisível, caracterizado como unidade operacional completa, cuja utilidade institucional é plenamente atendida com a aquisição de uma única unidade operacional.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A memória de cálculo, nesse caso, não se aplica em termos quantitativos progressivos (histórico de consumo x projeção futura), pois a necessidade administrativa não exige múltiplas frentes simultâneas permanentes de sondagem, mas sim a disponibilidade institucional de um equipamento próprio para atendimento programado das demandas ordinárias de estudos geotécnicos.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Ressalta-se, ainda, que:

- I - O quadro técnico atualmente disponível no DER-RO não comporta corpo técnico estruturado para operação simultânea de dois ou mais equipamentos;
- II - A eventual aquisição de mais de uma unidade implicaria ociosidade operacional, aumento de custos indiretos (manutenção, armazenamento, depreciação, seguros e insumos) e ineficiência administrativa, em afronta ao princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021;
- III - Não há interdependência com outras contratações similares que justifique ganho de escala, tampouco histórico institucional que demonstre necessidade operacional simultânea que demande múltiplos equipamentos próprios;
- IV - A estratégia administrativa adotada prevê que demandas excepcionais ou picos extraordinários de serviço poderão, se necessário, ser atendidos por meio de contratações específicas de serviços de sondagem, solução que se mostra mais eficiente do que a aquisição de equipamentos adicionais permanentes.

**PARÁGRAFO NONO:** Dessa forma, o quantitativo de 01 (uma) unidade revela-se tecnicamente suficiente, operacionalmente compatível com a estrutura existente e economicamente adequado à realidade institucional, não sendo pertinente a apresentação de memória de cálculo típica de objetos consumíveis ou escalonáveis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO - DA NATUREZA DO OBJETO:** Conforme já explanado no item acima, o objeto deste Termo de Referência trata-se da Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa). Neste sentido, segundo o art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Portanto, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade do bem a ser adquirido podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado a natureza do objeto em questão corresponde a um **bem permanente comum**.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSÃO DE PESSOAS FÍSICAS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Diante da natureza e da complexidade do objeto pretendido, entende-se como tecnicamente inadequada a participação de pessoas físicas no certame, mediante justificativas de diversos fatores técnicos e administrativos, pois, observa-se que o fornecimento desses bens demanda capacidade técnica e fiscal compatível com o porte e a complexidade dos equipamentos, além da necessidade de emissão de nota fiscal e garantia de procedência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Portanto, entende-se que a participação no certame somente poderá ser realizada por pessoas jurídicas regularmente constituídas, que possuam capacidade operacional para o fornecimento, assistência técnica e cumprimento das obrigações acessórias decorrentes do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em suma, a fim de garantir a regularidade da contratação, a rastreabilidade fiscal e a segurança jurídica do processo, não será admitida a participação de pessoas físicas, sendo permitida apenas a participação a empresas do ramo devidamente habilitadas.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Dessa forma, a exclusão de pessoas físicas visa assegurar que o objeto a ser adquirido ofereça qualidade, minimizando os riscos e garantindo o melhor resultado para o interesse público.

**PARÁGRAFO QUINTO: Não poderão participar da licitação:** Pessoas físicas, tendo em vista os fatores explicitados no item 8, acerca da justificativa para exclusão de pessoas físicas;

**PARÁGRAFO SEXTO:** Empresa que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**PARÁGRAFO OITAVO:** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**PARÁGRAFO NONO:** Empresa que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA DOS MATERIAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, montagem e desempenho. Durante esse período, a contratada deverá assegurar a substituição ou reparo imediato de quaisquer componentes que apresentem falhas, sem ônus adicional para a Administração.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) e demais legislações pertinentes, assim como com os dispositivos que compõem as instruções normativas em vigência geral e no Estado de Rondônia.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Durante a vigência da garantia a contratada deverá responsabilizar-se pelo objeto deste Termo de Referência, bem como encargos relacionados ao atendimento em garantia do produto sem qualquer ônus a este Departamento.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Deverá ser prestada Assistência Técnica ao objeto em observância à Lei nº 8.078/90. Portanto, é imprescindível que a empresa fornecedora disponha de assistência técnica autorizada no território nacional, capaz de realizar manutenções preventivas e corretivas dentro de prazos compatíveis com a continuidade das atividades de campo.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O fornecimento de manual técnico, lista de peças sobressalentes e plano de manutenção recomendada deverá acompanhar o equipamento, garantindo que a equipe do órgão possa realizar os cuidados básicos de conservação e operação segura.

**PARÁGRAFO SEXTO:** No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fará a comunicação à contratada, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O Governo do Estado de Rondônia, por meio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, possui a obrigação legal de promover a expansão e zelar pelas rodovias do Estado, consideradas bens públicos por determinação legal (Lei nº 10.406/02 - Código Civil), além da Lei de Responsabilidade Fiscal atribuir ao administrador público a obrigação de conservá-los e/ou preservá-los.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Lei Complementar nº 965/2017 estabeleceu no art.98, alterada pela LC nº 1.060/2020, que a finalidade do DER tem por promover, administrar, supervisionar e fiscalizar as obras rodoviárias e os transportes do Estado de Rondônia, competindo-lhe:

I - elaborar, executar e fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações, orçamentos, locação, construção, reconstrução e melhoramento das estradas de rodagem estaduais, inclusive pontes e demais obras de arte especial;

[...]

Visando ainda garantir o exposto no art. 1º da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, vejamos:

“§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.”

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Ainda, é importante considerar os seguintes pontos acerca das obras de infraestrutura na rodoviárias do Estado de Rondônia:

**PARÁGRAFO QUARTO: Estado da malha viária:** O Sistema Rodoviário de Rondônia está composto por rodovias federais, estaduais e municipais, possuindo aproximadamente 27,5 mil km de rodovias, das quais aproximadamente 3.382 km estão pavimentadas. As rodovias estaduais de Rondônia são importantes para a economia e integração da região, pois são elas que interligam os municípios fora do eixo da BR 364 e garantem fluidez dos transportes e escoamento de produções.

**PARÁGRAFO QUINTO: Crescimento econômico:** Rondônia tem apresentado um crescimento econômico expressivo nos últimos anos, impulsionado principalmente pela expansão da agropecuária, indústria e serviços. Esses setores têm gerado um aumento significativo no fluxo de bens, serviços e pessoas pelas estradas do estado, o que ocasiona uma sobrecarga na malha rodoviária existente e a necessidade de construção e ampliação de novas vias. Além disso, Rondônia tem se destacado como um importante polo de produção agropecuária, sendo responsável pela produção de grãos, como soja e milho, e carnes, como bovina e suína, com grande impacto na economia nacional. O escoamento dessa produção depende da qualidade e capacidade das estradas e rodovias do estado, o que reforça a necessidade de investimentos em obras rodoviárias. O estado de Rondônia também tem investido em políticas públicas que visam atrair novos investimentos e empreendimentos para a região, como incentivos fiscais e programas de financiamento. Essas medidas tendem a trazer novos fluxos de transporte e comércio para o estado, o que reforça ainda mais a necessidade de investimentos em obras rodoviárias para garantir a infraestrutura adequada para o desenvolvimento econômico sustentável do estado.

**PARÁGRAFO SEXTO: Segurança viária:** segurança viária é uma das principais preocupações no planejamento de obras rodoviárias. Segundo dados do Departamento Estadual de Transito (DETRAN), o estado de Rondônia registrou uma média de 9.579 acidentes de trânsito por ano entre 2018 e 2021, com

uma média de 375 mortes por ano no mesmo período. Os registros de acidentes em rodovias de jurisdição estaduais representam 10,98,% da média geral, com um percentual de 16,13% da média geral referente a óbitos. Esses números mostram que é essencial investir em melhorias na infraestrutura rodoviária do estado para aumentar a segurança viária e reduzir o número de acidentes e mortes nas estradas. Isso pode incluir a construção de novas rodovias, duplicações de trechos já existentes, readequação de curvas e sinalização adequada. Além disso, as obras rodoviárias podem contribuir para a redução do tempo de viagem e a melhoria da qualidade do transporte de cargas, o que também pode resultar em maior segurança viária, uma vez que caminhões em boas condições e em velocidade adequada reduzem os riscos de acidentes.

**PARÁGRAFO SÉTIMO: Condições climáticas:** As condições climáticas podem influenciar significativamente a durabilidade das obras rodoviárias. As condições climáticas podem afetar a segurança e a qualidade das rodovias em Rondônia e incluem as chuvas intensas, que podem causar erosão do solo, deslizamentos de terra e enchentes, comprometendo a estabilidade das encostas e das pontes.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Neste contexto, o DER, como órgão executivo da Política Estadual de Estradas e Transportes do Estado, deve utilizar técnicas modernas e procedimentos racionais e otimizados para a expansão de sua infraestrutura rodoviária, bem como garantir a preservação ambiental e maior vida útil às obras já executadas, visando proporcionar um transporte mais eficiente, sustentável, seguro e confortável aos usuários das rodovias rondonienses.

**PARÁGRAFO NONO:** Há de se observar que a malha viária estadualizada é extensa e atende a todos os municípios do estado, o que resulta em um raio de abrangência para manutenção de grande extensão, nas quais as obras de arte especiais são de extrema importância pois são responsáveis por promoverem integração regional e condicionar, em especial, o tráfego de caminhões e máquinas, contribuindo com o agronegócio, proporcionando deslocamentos de máquinas durante a safra, bem como o escoamento final da produção agrícola, além disso, também exercem papel fundamental no que diz respeito ao transporte escolar e abastecimento dos municípios. Portanto, levando em consideração as funções econômicas e sociais exercidas por uma ponte, retirá-la de serviço ou restringir sua carga máxima aceitável gera perturbações no devido andamento das rodovias, acarretando prejuízos à população em geral. A interdição de uma ponte, além de gerar transtornos, pode vir a ser a causa de acidentes, comprometendo a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares nas localidades atingidas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Outro fator relevante, trata-se do fato do Poder Executivo do Governo de Rondônia através do planejamento estratégico (2024-2027) definiu que o desenvolvimento humano, econômico e social de Rondônia deve ser considerado para atender a sete eixos temáticos distintos: Desenvolvimento Econômico; Cidadania; Educação; Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial; Saúde; Segurança Pública; e Gestão Estratégica.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Nesse quesito, estabeleceu no 1º eixo temático, o de Desenvolvimento Econômico, como o Desafio de número 3 o de Modernizar e ampliar a infraestrutura intermodal e logística. Nesse desafio, tem-se como resultado até o ano de 2027 o de ampliar para 35% a malha estadual pavimentada, tendo como meta 107,51 km pavimentados até 2027. Outro resultado previsto é a meta de manter toda a malha rodoviária (pavimentada e não pavimentada) em estado conservada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Nesta senda, o Governo Estadual através do DER/RO tem investido em ações que alcance os resultados planejados, empenhando os esforços na execução de melhorias da malha viária estadual através de regime de execução direta e indireta.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Ainda, a malha viária estadual possui pontes que comportam um fluxo diário considerável de veículos, inclusive de veículos de transporte de carga. Diante disso, os investimentos através do regime de execução indireta onde o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes- DER/RO, está promovendo melhorias na malha rodoviária do Estado de Rondônia visando equacionar problemas de trafegabilidade em Rodovias Estaduais, principalmente nos locais de pontes com largura estreita e apresentado problemas estruturais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A proposição ora apresentada é de suma importância tendo em vista a necessidade de melhorias constantes nas rodovias, inclusive, com pavimentações previstas. A

pavimentação das rodovias aumentará o fluxo de veículos, incluindo veículos de carga pesada, o que exigirá uma ponte capaz de suportar esse aumento de demanda. Pontes de apenas uma faixa de tráfego bem como pontes de madeira, criam um gargalo na rodovia, causando retenções e aumentando o risco de acidentes. A ampliação para duas faixas e a adoção de estruturas definitivas permite que veículos em sentidos opostos possam cruzar a ponte simultaneamente, melhorando o fluxo e a segurança.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** No entanto, a elaboração de anteprojetos e projetos depende de estudos geotécnicos que possibilitem o dimensionamento da infraestrutura e, atualmente, o DER/RO não dispõe de equipamento próprio para execução direta desses ensaios, dependendo exclusivamente de contratação de terceiros. Embora exista credenciamento aberto para serviços de sondagem (Processo SEI nº 0009.011580/2024-66), verificou-se baixa adesão de empresas interessadas, com cobertura restrita a determinadas regiões do Estado, permanecendo parte significativa da malha rodoviária sem atendimento adequado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Essa limitação tem ocasionado atraso na elaboração de projetos, comprometimento do cronograma de obras estratégicas e dificuldade de atendimento simultâneo das demandas. Considerando que a malha rodoviária estadual é extensa e que diversas pontes existentes demandam substituição ou adequação estrutural, a inexistência de estrutura própria de sondagem compromete a eficiência do planejamento e execução das obras públicas rodoviárias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Em suma, esta dependência de mercado restrito, sujeita o DER/RO a atrasos, custos adicionais e insegurança operacional na condução de seus projetos estruturais

#### **CLÁUSULA QUINTA - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A fim de equalizar o nível de serviço das pontes com o nível de serviço das rodovias, evitando acidentes e promovendo o conforto e segurança dos que trafegam por estes trechos, a eficiência do tráfego e a durabilidade das infraestruturas, surge a necessidade de que as pontes existentes passem a comportar duas vias de tráfego e/ou, no caso das pontes de madeira, que sejam substituídas por estruturas definitivas e, para isso, se faz necessária a elaboração de projetos e/ou anteprojetos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para realizar a elaboração de projetos e/ou anteprojetos para a construção de novas pontes ou a substituição de pontes existentes que representam certo grau de risco ao tráfego, é imprescindível que sejam previamente realizados ensaios geotécnicos para a determinação do tipo, bem como do cálculo de dimensionamento das fundações, sendo exigido como requisito básico e fundamental um adequado conhecimento do subsolo para avaliação da capacidade de suporte das camadas de solo sobre as quais se apoiará a estrutura que se deseja construir, tendo em vista que a investigação geotécnica, além de permitir a identificação de características geométricas e estruturais que podem condicionar determinadas soluções, fornece também parâmetros fundamentais para a elaboração de projetos e análises das características do local.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Neste cenário, a sondagem é um tipo de investigação do subsolo, amplamente utilizado no Brasil e no Estado de Rondônia. Conforme definição básica é o ato de sondar, ou seja, investigar, observar, analisar, vigiar ou verificar algo ou alguma coisa. Busca avaliar as condições do terreno onde será feita a construção. É um procedimento normatizado pela Associação de Brasileira de Norma Técnicas - ABNT, tendo como principais normas técnicas as NBR's 6.484/2020; 6.502/2022; 7.181/2016; 8.036/1983; 13.441/2021 e 15.492/2007. Segundo ainda a NBR 6.122/2022, para qualquer edificação deve ser feita a investigação geotécnica preliminar, constituída no mínimo por sondagens à percussão (SPT) e, no caso de pontes, é necessária uma investigação complementar através de sondagens mistas (percussão e rotativa).

**PARÁGRAFO QUARTO:** A sondagem a percussão com ensaio SPT é a técnica de engenharia mais utilizada para obtenção de amostras de solo. Isso acontece porque o seu custo é relativamente baixo, é de fácil execução e pela simplicidade dos equipamentos utilizados. Além disso, possibilita que o trabalho seja executado em áreas de difícil acesso. A sondagem rotativa é um método de investigação que consiste no uso de um conjunto motomecanizado destinado à perfuração de maciços rochosos e obtenção de amostras de materiais rochosos com formato cilíndrico, chamadas de testemunho.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Sondagem mista é o método de investigação que conjuga a sondagem à percussão para o trecho em solo e sondagem rotativa para o trecho em rocha. Dessa forma, aplicam-se às



Sondagens mistas os mesmos procedimentos das sondagens rotativas e das sondagens à percussão.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A fim de sanar tais demandas relativas à sondagens geotécnicas, este Departamento de Estradas de Rodagem possui em aberto um **Credenciamento de empresas especializadas em serviços técnicos comuns de Engenharia relacionados à sondagens geotécnicas do tipo SPT e Rotativa** em áreas sob jurisdição do Governo Estadual do Estado de Rondônia, o qual pode ser consultado no Processo SEI Nº [0009.011580/2024-66](#). No entanto, apesar do lapso temporal decorrido desde sua abertura, ocorrida em abril de 2025, apenas uma empresa demonstrou interesse na prestação deste serviço, e apenas para as regiões correspondentes à Porto Velho e Ariquemes, restando as demais regiões sem previsão de atendimento em relação à este serviço.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Nesta seara, tendo em vista que estes ensaios de sondagem são serviços que o presente DER-RO necessita recorrentemente, a aquisição de equipamento para sondagens geotécnicas surge como uma alternativa pois possibilita que este Departamento realize tais serviços diretamente, promovendo diversas vantagens técnicas, econômicas e operacionais. Sob o aspecto operacional, a execução direta das sondagens permitirá maior celeridade na elaboração de projetos, autonomia institucional, melhor integração entre equipe de projetos e equipe de campo e priorização estratégica conforme planejamento do DER/RO.

**PARÁGRAFO OITAVO:** No aspecto econômico, considerando a recorrência das demandas de sondagem para obras novas, ampliações e substituições de pontes, a internalização do serviço tende a reduzir custos de médio e longo prazo, especialmente diante da limitação de fornecedores no mercado regional e da baixa competitividade observada no credenciamento vigente.

**PARÁGRAFO NONO:** A elaboração de projetos e posterior conclusão das obras, futuramente frutos dos estudos geotécnicos a serem realizados por meio das sondas adquiridas através do presente processo, possui o propósito de oferecer condições de tráfego, com segurança, trazendo melhorias na qualidade de vida da população dos municípios e distritos da área de abrangência, evitando o isolamento oferecendo um deslocamento seguro aos usuários. Por conseguinte, garantindo o desenvolvimento econômico da região. Tal medida, visa, portanto, garantir a travessia sobre os cursos d'água, fator essencial para manter a conectividade e para o suporte das atividades econômicas e sociais locais.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A solução proposta consiste na aquisição de 01 (um) sistema completo de sondagem mista, apto à execução de ensaios de Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa, destinado à realização de investigações geotécnicas para elaboração de projetos e anteprojetos de pontes e demais obras de arte especiais no âmbito do DER/RO. A execução desses ensaios é essencial para a caracterização do subsolo e a definição dos parâmetros geotécnicos que subsidiam o dimensionamento das fundações e demais elementos da infraestrutura das obras de arte especiais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A aquisição do equipamento permitirá que a Administração realize diretamente os ensaios de sondagem, reduzindo a dependência de contratações indiretas e assegurando maior agilidade na obtenção dos dados geotécnicos. Além disso, proporcionará melhor controle técnico sobre a execução dos serviços, padronização dos métodos empregados e disponibilidade imediata dos resultados para o desenvolvimento dos projetos/anteprojetos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A presente solução contempla a aquisição de equipamento completo, acessórios e treinamento necessários à execução dos ensaios, observando as especificações técnicas que garantam desempenho, durabilidade e segurança, de modo a atender à demanda contínua de investigações geotécnicas vinculadas aos projetos de pontes executados pelo órgão.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os bens a serem entregues deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas disponibilizadas.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O sistema deverá operar de forma integrada, permitindo:

- a) Unidade perfuratriz motomecanizada;
- b) Sistema hidráulico completo;
- c) Torre/mastro com curso compatível com as profundidades usuais de investigação;

- d) Sistema de cravação para ensaio SPT (martelo padronizado de 65 kg com queda de 75 cm);
- e) Cabeçote rotativo com torque compatível para perfuração em solo e rocha;
- f) Bomba de circulação de fluido;
- g) Hastes, revestimentos, amostradores padrão e acessórios;
- h) Ferramental para recuperação de testemunho de rocha;
- i) Dispositivos de estabilização e nivelamento;
- j) Itens de segurança obrigatórios.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A solução não se restringe à perfuratriz isoladamente, mas compreende todo o arranjo técnico necessário para permitir a execução completa dos ensaios de sondagem mista, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** O sistema deverá operar de forma integrada, permitindo:

- V - Execução de Sondagem à Percussão (SPT): perfuração inicial com trado ou circulação de água, cravação do amostrador padrão, registro do índice de resistência à penetração, coleta de amostras deformadas.
- VI - Execução de Sondagem Rotativa: perfuração com coroa diamantada ou ferramenta equivalente, recuperação de testemunho contínuo, identificação e classificação geomecânica do maciço rochoso, registro de profundidade e controle de avanço.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Ainda, a solução deverá contemplar plano de manutenção preventiva recomendado pelo fabricante, garantia mínima contra defeitos de fabricação, disponibilidade de peças de reposição no território estadual, assistência técnica autorizada no território brasileiro e treinamento operacional e de manutenção preventiva para equipe do DER/RO

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - Poderão participar deste processo de contratação:** empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, conforme Lei 14.133/21.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A empresa CONTRATADA deve estar legalmente constituída, de acordo com as leis vigentes;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A empresa CONTRATADA deverá apresentar de todos os documentos necessários, como alvará de funcionamento, certidões negativas de débitos, e demais exigências legais;

**PARÁGRAFO QUARTO:** As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto estão previstas no Edital e demais documentos correlatos;

**PARÁGRAFO QUINTO:** O bem que constitui o objeto desta licitação deverá ser entregue de acordo com a solicitação da contratante e a orientação/fiscalização dos técnicos do DER, devendo a CONTRATADA acatar os termos de fiscalização e as respectivas orientações;

**PARÁGRAFO SEXTO:** É dever da CONTRATADA realizar testes e corrigir defeitos nos materiais/bens, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a Contratante;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A empresa CONTRATADA deverá assumir compromisso com práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis em toda a cadeia de produção e fornecimento dos produtos;

**PARÁGRAFO OITAVO:** A empresa CONTRATADA deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão na preparação e transporte dos materiais, não arcando o DER-RO com qualquer ônus em caso de acidente por parte dos funcionários ou mesmo terceiros;

**PARÁGRAFO NONO:** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A descrição e quantidade que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e a orientação/fiscalização dos técnicos do DER, devendo a CONTRATADA acatar os termos de fiscalização e as respectivas orientações;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** É dever da CONTRATADA comprovar capacidade técnica e operacional, demonstrada através de documentação de enquadramento de empresa do ramo de prestação dos serviços de aquisição e entrega dos materiais que compõe o objeto do estudo;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Para a prestação do serviço, será exigido que o prestador se apresente devidamente identificado e usando todos os equipamentos de proteção individual cumprindo os requisitos da legislação vigente conforme as Normas Regulamentadoras (NR's).

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Junto à proposta de preços, a CONTRATADA deverá encaminhar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A empresa a ser contratada deverá apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** A empresa CONTRATADA deverá garantir capacidade logística para a entrega do bem no local indicado, conforme cronograma acordado;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** A empresa CONTRATADA deverá realizar controle de qualidade em todas as etapas do processo, desde a produção até a entrega.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** O licitante classificado em primeiro lugar que deve apresentar juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021e normas supervenientes.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso seja possível obtê-la mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

#### **CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os critérios de aceitabilidade do equipamento de sondagem mista (percussiva e rotativa) deverão estar vinculados ao **atendimento integral das especificações técnicas** que assegurem sua eficiência, durabilidade e segurança operacional, conforme disposto em Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O bem ofertado deverá ser novo, de primeiro uso.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Como parâmetros de desempenho, o equipamento deverá assegurar:

- Precisão e regularidade nos resultados dos ensaios SPT e Sondagem Rotativa, com controle de energia padronizado;
- Capacidade de amostragem contínua em solos e formações rochosas, com mínima perda de material;
- Facilidade de montagem, desmontagem e transporte, adequada às condições de campo;
- Nível de ruído e emissão compatíveis com normas ambientais e de segurança ocupacional;
- Disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica nacional, garantindo operação contínua e manutenção programada.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Serão considerados aceitáveis apenas os equipamentos que comprovarem conformidade técnica e desempenho equivalente ou superior às especificações descritas, mediante apresentação de catálogos, manuais e declarações do fabricante, podendo o órgão contratante realizar verificação prática no recebimento definitivo.

#### **CLÁUSULA NONA - DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Não será permitido o parcelamento se tratando do caso específico do objeto do presente Termo de Referência, baseando-se nos §2º e §3º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, disposto a seguir:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...]

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Neste sentido, tendo em vista que a pretensa contratação trata-se da aquisição de um item único e objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado, se torna inviável a sua divisão em lotes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como as disposições gerais previstas na seção III do Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data de apresentação da proposta de preços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Após o interregno de um ano, a contratada deverá apresentar requerimento expresso para reajuste dos preços iniciais, contado a partir da proposta, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

**PARÁGRAFO QUINTO:** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

**PARÁGRAFO SEXTO:** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

**PARÁGRAFO OITAVO:** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

**PARÁGRAFO NONO:** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 156 e artigos 163 a 164, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** O prazo de resposta ao pedido do reajuste se dará no máximo em 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos, conforme o rol elencado no Art. 164 do Decreto Estadual Nº 28.874/24:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;

III - documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;

IV - ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e

V - pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.

§ 1º A Pasta responsável pelo contrato deverá analisar fundamentadamente o pedido do contratado, verificando:

I - se os fundamentos da imprevisibilidade suscitados pelo contratado efetivamente configuram fato superveniente e álea extraordinária, que guarda nexos causal com a variação de preços, apta a inviabilizar a execução contratual nos termos originalmente pactuados;

II - se foram apresentados documentos que comprovam que o contratado efetivamente arcou com os ônus da oscilação de preços durante o período respectivo;

III - quando o pedido se embasa na oscilação de preços de apenas alguns itens, se eventuais oscilações de preços de outros insumos reduziram os encargos do contratado, de modo a manter equilíbrio econômico-financeiro do contrato como um todo;

IV - se o pedido se fundamenta em algum fator de risco alocado no contrato sob a responsabilidade do contratado;

V - se houve culpa do contratado pela majoração dos seus encargos e/ou se ele deu causa a atrasos injustificáveis no cronograma da obra ou serviço;

VI - qual o saldo remanescente posterior ao fato gerador.

§ 2º A Pasta deverá cotejar os preços alegados pelo contratado com a realidade do mercado, realizando sua própria pesquisa, na forma do art. 51 deste Decreto.

§ 3º O contratado deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 4º A revisão deve se dar, em regra, com efeitos retroativos, a contar da data do evento que ocasionou a alteração da equação econômico-financeira da proposta, devendo a parte formular o pedido tão logo tenha conhecimento da repercussão dos fatos supervenientes.

§ 5º A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Nas hipóteses de alterações contratuais e dos preços, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual 28.874/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COOPERATIVA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A participação de cooperativas será **vedada**, pois deverá ser observada a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que versa: “é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Por fim, o § 2º do Art. 10 da Instrução Normativa Nº 5, de 26 de maio de 2017 versa:

**PARÁGRAFO QUARTO:** "§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação."

**PARÁGRAFO QUINTO:** Deste modo, o entendimento do presente setor técnico é o de que é inviável a participação de cooperativas, em especial considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Ainda, a vedação à participação de cooperativas no presente certame justifica-se em razão da incompatibilidade entre o objeto da contratação e a natureza jurídica dessas entidades. Trata-se de aquisição de equipamento técnico especializado, caracterizando-se como fornecimento de bem permanente, e não como prestação de serviços baseada em trabalho coletivo, que é a finalidade típica das cooperativas. Nesse contexto, a eventual participação de cooperativas poderia representar desvirtuamento de sua finalidade, atuando como mera intermediadora comercial, sem agregar capacidade técnica efetiva ao fornecimento do objeto. Ademais, o mercado fornecedor é composto por empresas especializadas, como fabricantes e distribuidores, não havendo prejuízo à competitividade com a vedação, a qual se mostra medida adequada para assegurar a execução contratual eficiente e alinhada aos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à seleção da proposta mais vantajosa e à adequada execução do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONSÓRCIO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica **vedada** a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, tendo em vista que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, portanto, entende-se que não existe a necessidade de parcelamento dos serviços prestados, através da união de esforços. Ademais, tal vedação se justifica considerando que:

- a) Trata-se de aquisição de bem permanente, portanto, não há: segmentação técnica relevante do objeto, necessidade de conjugação de expertises distintas, nem interdependência de parcelas que justifique execução compartilhada, ou seja, o objeto é integralmente executável por um único fornecedor, o que afasta a principal justificativa para formação de consórcios.
- b) O mercado de equipamentos de sondagem apresenta pluralidade de agentes aptos a fornecer o equipamento de forma individual, não se caracterizando cenário de restrição competitiva que demande ampliação via consórcios.
- c) O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado de que a participação de consórcios pode ser vedada quando não houver ganho de competitividade ou quando gerar complexidade desnecessária, além disso, a jurisprudência indica que consórcios são mais adequados em obras de grande vulto, contratações integradas complexas e/ou situações que demandem somatório de capacidades técnicas e econômico-financeiras.
- d) Permitir consórcios nesse tipo de contratação pode gerar dificuldade na gestão contratual, especialmente quanto à responsabilização solidária, possível redução da competitividade, caso empresas optem por consorciar-se em vez de competir individualmente e risco de formação de consórcios artificiais, sem ganho técnico efetivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em suma, o objeto da presente contratação consiste na aquisição de equipamento de sondagem mista, caracterizando-se como fornecimento de bem específico e

integralmente executável por fornecedor individual, sem necessidade de conjugação de capacidades técnicas distintas, bem como diante da existência de mercado fornecedor estruturado e competitivo, concluindo-se pela desnecessidade de admissão de consórcios, principalmente considerando que a participação de consórcios, no presente caso, não ampliaria a competitividade e poderia acarretar maior complexidade na gestão contratual, razão pela qual se justifica sua vedação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica **vedada** a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a fusão, cisão ou incorporação, nos termos do [art. 122. § 2º da Lei 14.133/2021](#):

"§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A justificativa para vedação da subcontratação total ou parcial do objeto fundamenta-se na necessidade de garantir a execução direta das obrigações pela empresa contratada, assegurando a qualidade, a rastreabilidade e o controle técnico sobre o fornecimento dos bens.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração estabelecer vedações à subcontratação quando esta puder comprometer a execução contratual ou a adequada fiscalização do contrato. No caso em questão, a execução direta é essencial para assegurar que os bens sejam fornecidos conforme as especificações técnicas exigidas, bem como para garantir a responsabilidade integral do contratado quanto à origem, qualidade e desempenho dos equipamentos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Ainda, o teor da presente contratação, considerando tratar-se da aquisição equipamento, justifica a falta da necessidade de subcontratação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS(ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Considerando que o objeto da pretensa contratação trata-se de apenas uma unidade de um bem comum de natureza indivisível, nesta não se observará a reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A solução para a questão levantada é a Aquisição de Equipamento para a realização de ensaios geotécnicos referentes à Sondagem Mista (Sondagem à Percussão (SPT) e Sondagem Rotativa).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Neste sentido, o equipamento utilizado para a realização de ensaios geotécnicos do tipo sondagem à Percussão (SPT - Standard Penetration Test), também conhecido como sondagem de simples reconhecimento, consiste em um barrilete amostrador padronizado (tipo Raymond) que é cravado no solo por meio de um martelo de 65 kg que cai sucessivamente em queda livre de uma altura de 75 cm em um ressalto que se localiza na parte superior do hasteamento. A amostragem é feita a cada metro e o avanço da perfuração se dá pelo uso de trado ou lavagem com uso de trépano para circulação de água. O ensaio SPT, além de fornecer medidas de resistência metro a metro, permite a determinação do nível d'água, a caracterização do material, coleta de amostras (deformadas) e o limite solo/rocha. Os principais materiais necessários para a execução do ensaio consistem em:

- e) Tripé com roldana;
- f) Guincho mecânico ou Moitão;
- g) Trado concha e helicoidal;
- h) Hastes e Luva de aço galvanizado;
- i) Alimentador de água;
- j) Cruzeta, Trépano e T de lavagem;
- k) Barriletes amostradores e peças para sua cravação;



- l) Martelo com 65kg e guia;
- m) Tubos de revestimento;
- n) Torquímetro;
- o) Bomba de água;
- p) Abraçadeiras para revestimento;
- q) Abaixadores e Alçadores para hastes;
- r) Saca-tubos;
- s) Bomba-balde (baldinho com válvula de pé);
- t) Chaves de grifo;
- u) Metro ou Trena;
- v) Recipientes herméticos (tipo copo) para amostras;
- w) Sacos plásticos transparentes de alta resistência;
- x) Etiquetas para identificação;
- y) Medidor de nível de água; e
- z) Outros.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O equipamento utilizado para a realização de sondagens rotativas, por sua vez, consiste em um conjunto de equipamentos que trabalham de modo mecanizado, perfurando rochas, em formato cilíndrico, através de sua ação cortante, o qual é constituído pelos seguintes elementos principais:

- a) Sondas rotativas com torres ou tripés;
- b) Conjunto bomba-motor capaz de fornecer suficiente vazão e pressão às profundidades e diâmetros a serem perfurados;
- c) Hastes;
- d) Barriletes;
- e) Coroas;
- f) Amostrador;
- g) Luvas alargadoras (calibradores);
- h) Tubos de revestimento; e
- i) Demais acessórios e ferramentas.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Ante o exposto, o equipamento a ser fornecido deve conter características suficientes para a realização de ambos os ensaios, portanto, este deve possuir conjunto de equipamentos que englobem tanto os ensaios de sondagem percussiva quanto de sondagem rotativa.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Ademais, o corpo técnico do presente DER-RO entende que este deve possuir as seguintes características:

- a) Estar apto a executar **sondagem percussiva tipo SPT** até **30 m** de profundidade (conforme condições observadas nas últimas contratações);
- b) Estar apto a executar **sondagem rotativa em rocha** de, no mínimo, **5 m** após o encontro de camada em rocha (conforme condições observadas nas últimas contratações);

- c) Estar apto a executar em condições de campo nos 52 municípios do Estado, com deslocamento e mobilização compatíveis com a malha rodoviária existente;
- d) Dispor de sistema hidráulico automatizado, de forma a garantir a repetição dos ensaios sem desgastes demasiados;
- e) Proporcionar a segurança da equipe (Execução de serviços com minimização de riscos);
- f) Atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis (NBR 6484, NBR 15492, etc.);
- g) Incluir peças sobressalentes essenciais, em razão da morosidade e complexidade do processo licitatório para reposição futura;
- h) Incluir treinamento operacional presencial em Porto Velho, capital de Rondônia, considerando que não há fabricante local desse tipo de equipamento;
- i) Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses sem custo adicional para a Administração nesse período.

**PARÁGRAFO SEXTO - PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE:** O equipamento deverá atender aos seguintes padrões mínimos:

- a) Dispor de sistema hidráulico automatizado, de forma a garantir a repetição dos ensaios sem desgastes demasiados;
- b) Dispor de estrutura metálica reforçada, adequada a operação em campo sob condições severas (umidade elevada, solos argilosos, terrenos irregulares) com proteção anticorrosiva;
- c) Proporcionar a segurança da equipe (Execução de serviços com minimização de riscos);
- d) Atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis (NBR 6484, NBR 15492, etc.);
- e) Incluir peças sobressalentes essenciais, em razão da morosidade e complexidade do processo licitatório para reposição futura;
- f) Incluir treinamento operacional e de manutenção preventiva presencial em Porto Velho, capital de Rondônia, considerando que não há fabricante local desse tipo de equipamento;
- g) Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses sem custo adicional para a Administração nesse período.

**PARÁGRAFO SÉTIMO - CRITÉRIOS TÉCNICOS ESSENCIAIS:** O equipamento deverá, no mínimo:

- a) Executar sondagem SPT conforme padrão normativo (martelo padronizado de 65 kg, queda livre de 75 cm);
- b) Permitir execução de sondagem rotativa com recuperação de testemunho;
- c) Estar apto a executar **sondagem percussiva tipo SPT** até **30 m** de profundidade (conforme condições observadas nas últimas contratações);
- d) Estar apto a executar **sondagem rotativa em rocha** de, no mínimo, **5 m** após o encontro de camada em rocha (conforme condições observadas nas últimas contratações);
- e) Estar apto a executar em condições de campo nos 52 municípios do Estado, com deslocamento e mobilização compatíveis com a malha rodoviária existente;
- f) Operar em solo e rocha com torque e rotação adequados;
- g) Permitir circulação de fluido de perfuração;

h) Apresentar dimensões compatíveis com transporte em rodovias estaduais;

i) Apresentar estabilidade operacional garantida por sistema de nivelamento.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Tais especificações encontram-se fundamentadas em critérios técnicos, operacionais e normativos amplamente consolidados no âmbito da engenharia geotécnica, bem como nas condições específicas de execução dos serviços observadas em contratações anteriores no Estado, conforme disposto a seguir:

**PARÁGRAFO NONO:** Execução de sondagem SPT com martelo padronizado (65 kg e queda de 75 cm): de acordo com a padronização estabelecida pela ABNT NBR 6484, norma técnica que rege a execução do ensaio de penetração padrão no Brasil, a observância desses parâmetros é indispensável para garantir a confiabilidade, repetibilidade e comparabilidade dos resultados obtidos, sendo amplamente exigida em projetos de obras de arte especiais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Execução de sondagem rotativa com recuperação de testemunho: visa atender à caracterização geomecânica de maciços rochosos, especialmente em locais onde há ocorrência de rocha em fundações de pontes, neste sentido, a recuperação de testemunho é essencial para classificação geológica, determinação de RQD e definição de parâmetros de projeto, conforme boas práticas da engenharia e diretrizes da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Capacidade de execução de SPT até 30 m de profundidade: conforme análise do histórico de investigações geotécnicas realizadas pelo órgão, nas quais se verificou que a maioria das fundações de obras de arte especiais exige investigações nessa ordem de profundidade, portanto, uma limitação inferior comprometeria a adequada definição do perfil geotécnico, podendo implicar riscos técnicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Capacidade de execução de sondagem rotativa em rocha (mínimo de 5 m): objetiva garantir a confirmação da continuidade e qualidade do maciço rochoso após sua interceptação, evitando interpretações equivocadas de matacões ou blocos isolados, prática recomendada em diretrizes técnicas usuais de projetos de fundações profundas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Operação em todo o território estadual (52 municípios): deve-se considerar as condições logísticas e de acesso do Estado, que apresenta trechos com limitações de infraestrutura viária, por isto o equipamento deve possuir características de mobilidade e robustez compatíveis com estradas não pavimentadas, assegurando a viabilidade operacional da contratação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Torque e rotação adequados para solo e rocha: a versatilidade operacional é necessária para execução de sondagens mistas, permitindo a transição entre métodos sem necessidade de substituição de equipamento, o que otimiza tempo, custo e logística.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Sistema de circulação de fluido de perfuração: este fator é essencial para estabilização das paredes do furo, remoção de detritos e resfriamento das ferramentas, especialmente em sondagens rotativas, garantindo a qualidade e continuidade da perfuração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Dimensões compatíveis com transporte rodoviário: a exigência decorre da necessidade de deslocamento entre diferentes municípios, respeitando limitações legais e operacionais da malha rodoviária estadual, evitando custos adicionais com transporte especial.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Sistema de nivelamento para estabilidade operacional: a estabilidade do equipamento é condição indispensável para a verticalidade do furo e segurança da operação, impactando diretamente na qualidade dos dados obtidos e na integridade dos operadores.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Em suma, tais exigências estabelecidas visam garantir que o equipamento seja tecnicamente apto a executar investigações geotécnicas confiáveis, em conformidade com normas técnicas vigentes, assegurando a qualidade dos dados que subsidiarão projetos de engenharia de obras de arte especiais. Ademais, tais requisitos estão alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, evitando contratações inadequadas que possam gerar retrabalho, riscos estruturais ou custos adicionais à Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:** O equipamento deverá:

- a) Possuir motor com tecnologia que atenda, no mínimo, aos padrões nacionais vigentes de controle de emissões;
- b) Dar preferência por motores com menor consumo específico de combustível;
- c) Possuir sistema hidráulico com eficiência energética comprovada.
- d) Conter sistema de contenção de vazamentos de óleo hidráulico;
- e) Dispor de dispositivos que permitam recolhimento e destinação adequada de resíduos de perfuração;
- f) Apresentar baixo nível de emissão sonora compatível com operação em áreas habitadas;
- g) Apresentar vida útil estimada mínima compatível com bens permanentes de engenharia (10 anos ou superior);
- h) Possuir custo de manutenção compatível com a realidade orçamentária do DER/RO.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** O fabricante deverá estar regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

#### **PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - VEDAÇÕES TÉCNICAS:**

- a) Não serão admitidos equipamentos adaptados sem certificação do fabricante;
- b) Não serão aceitos equipamentos sem comprovação de capacidade para execução simultânea de SPT e rotativa;
- c) Não será admitido equipamento cuja assistência técnica esteja restrita ao exterior sem representante no Brasil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A contratada deverá realizar a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A entrega se dará de forma integral, em até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Contratada da Ordem de Fornecimento ou da nota de Empenho, o que ocorrer primeiro. Este prazo poderá ser ampliado em casos excepcionais, mediante justificativa, desde que haja a concordância da Administração.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O objeto deverá ser entregue na quantidade solicitada e de acordo com as especificações disponibilizadas em Termo de Referência e Contrato;

**PARÁGRAFO QUARTO:** O objeto deverá ser entregue na 13ª RR- Residência Regional - DER/RO, situada na Rua Antônio Lacerda, 4168 – Setor Industrial. CEP – 76.821-038, no município de Porto Velho/RO. Horário de funcionamento: 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A Contratada deverá entregar o objeto em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega do objeto, consignando-se os motivos.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O recebimento do objeto da compra se dará conforme o disposto no art. 140, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 14.133/2021, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** provisoriamente, de forma sumária em até 02 (dois) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

**PARÁGRAFO OITAVO:** definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**PARÁGRAFO NONO:** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e/ou Termo de Referência e com a proposta;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A critério exclusivo da Comissão de Recebimento, poderão ser realizados testes nos materiais de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Sendo satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Caso insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o respectivo objeto integrante do Termo de Referência em questão será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando se realizarão novamente as verificações necessárias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Caso a substituição não ocorra neste prazo, a contratada incorrendo em atraso na entrega, estará sujeita à aplicação das sanções previstas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Os custos da substituição do objeto rejeitado desta aquisição ocorrerão exclusivamente a expensas da contratada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar qualquer irregularidade detectada quando da utilização do mesmo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** O Recebimento Definitivo será dado após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO:** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas no fornecimento do objeto ou no instrumento de

cobrança.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos consignados do ano de 2026, nas Fontes de Recurso: 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.759.0.08028 / 2.759.0.08028, Natureza de Despesa 44.90.52, e Programa de Trabalho 26.782.2106.1386, provenientes do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER/RO, conforme Pré-Empenho com a devida Adequação Financeira.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após habilitação para pagamento, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, contados da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgão fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes. O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município de **Porto Velho**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** No caso de prestação de serviço ou fornecimento de bens a retenção de imposto de renda será na fonte, sendo destacado o imposto na nota fiscal, com a finalidade de viabilizar o cumprimento da obrigação tributária pelo Estado de Rondônia e atenuar os casos de recusa por parte do fornecedor e/ou dificuldade no procedimento de retenção.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluam todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos de licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Obedecido ao Cronograma Físico apresentado, será procedida à medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a contratada deverá apresentar na sede do DER/RO, a Nota Fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao Setor Financeiro junto com a documentação completa e respectiva medição. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Concorrência Eletrônica e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

**PARÁGRAFO OITAVO:** O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente do país, com o prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do atesto na respectiva Nota Fiscal.

**PARÁGRAFO NONO:** O DER/RO pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluam todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos de licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Obedecido ao Cronograma Físico apresentado, será procedida à medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar na sede do DER/RO, as notas fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras do DER/RO, após devidamente atestada pela comissão de fiscalização e gestão designada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei nº. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$ , sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela a ser paga

**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$  I = .....

**TX** = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam

ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.”

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO:** Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO:** O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO:** As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária, observando-se ainda a legislação específica de cada município.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO:** As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO:** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO:** A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO:** A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO:** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO:** Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO:** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO:** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO:** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO:** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e



contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO:** As medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas desde que devidamente cumpridas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO:** No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO:** Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO:** Cabe observar que etapas que sejam correlacionadas e/ou que para garantia da sua efetividade necessitam que outras etapas sejam executadas, devem ser executadas em sequência e, se possível, concomitantemente, ficando a critério da fiscalização o recebimento.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO:** Em estrita observância à Instrução Normativa da SEFIN/RO e demais normas do Estado de Rondônia, a retenção na fonte do Imposto de Renda (IRRF) sobre os pagamentos efetuados pelo Contratante será realizada em conformidade com a legislação federal aplicável, tendo o Estado de Rondônia a titularidade da respectiva receita. Fica a Contratada obrigada a informar no documento fiscal o valor do IR, devendo ser observada a alíquota correspondente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme as tabelas anexas à IN RFB nº 1.234/2012, aplicáveis ao Estado de Rondônia.

VII - As empresas optantes pelo Simples Nacional (Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP) ficam dispensadas da retenção do IRRF, conforme Instrução Normativa RFB nº 765/2007, e do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) pelo Contratante, desde que apresentem, no ato da assinatura do contrato e de suas prorrogações, a declaração de que trata o Anexo II da IN nº 10/2025/SEFIN-COTES ou suas alterações.

VIII - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão, ainda, apresentar em conjunto com a Nota Fiscal/Fatura, o comprovante do recolhimento mensal (Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS) referente ao período de apuração anterior, como forma de comprovação de sua regularidade fiscal perante o regime tributário diferenciado.

IX - A falta da declaração de que trata o item 'I' ou do comprovante do item 'II' sujeitará a Contratada à retenção do IRRF sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço, e a retenção do ISSQN se aplicará, conforme a legislação municipal. A Contratada tem o dever de informar imediatamente qualquer alteração em seu regime tributário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos. Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:

### **X - Procedimentos de Transição:**

a) Continuidade da Gestão: Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização

com apoio da gerência de contratos e fiscalização, conforme descrito no item VII, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado.

b) Penalidades: Em caso de surgimento de ocorrências devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa contratada, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa contratada para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

**XI - Procedimentos de Finalização:**

a) Cumprimento das Obrigações: Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de produtos ou serviços, entre outros.

b) Liquidar Pendências: Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas.

c) Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento: Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia.

d) Documentação Final: Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas.

e) Desmobilização de Recursos Financeiros: Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.

f) Análise de Resultados e Lições Aprendidas: Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

**XII - Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na alínea d) do item II;

**XIII - Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na alínea d) do item II;

**XIV - Início do acompanhamento da garantia**, que inicia contagem a partir da data de fornecimento do objeto contratado;

**XV - Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público** pelo setor responsável;

**XVI -** Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenadoria responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Contrato poderá ser prorrogado, conforme as diretrizes do Art. 146 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A prorrogação que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no contrato.
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato com informações que as aquisições tenham sido prestadas regulamente.
- c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.
- d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o art. 104, inciso I e o art. 124, inciso I todos da Lei n. 14.133/21.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**PARÁGRAFO QUARTO:** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**PARÁGRAFO QUINTO:** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Cientificar a Procuradoria-Geral do Estado e Controladoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, conforme previsto no 2º, do art. 184 do Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**PARÁGRAFO NONO:** A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme previsto no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital de licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto tais como frete, impostos e demais taxas referentes à entrega do material devendo estes ser inclusos no valor da proposta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no procedimento licitatório.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no local e prazo indicados na mesma.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Fazer acompanhar, quando da entrega do material, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação para tal.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER-RO ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Deverão ser entregues também certificado de garantia, manual de operação e manutenção, catálogo de peças, todos em português.

**PARÁGRAFO NONO:** O objeto deste termo deverá ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses pelo fabricante.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A licitante deverá possuir em seu corpo técnico com vínculo mecânicos/técnicos treinados e capacitados pelo fabricante, com comprovação via certificado do fabricante.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** No ato da entrega técnica do equipamento a licitante por meio de seu mecânicos/técnicos treinados pelo fabricante, farão o treinamento dos operadores do contratante que receberão as orientações técnicas do equipamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na dispensa de licitação eletrônica ou para qualificação na contratação direta;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO:** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO:** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO:** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO:** Realizar cadastro no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) por meio do site: <https://sei.ro.gov.br/>, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO:** Assinar/Retirar o Instrumento Contratual ou documento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Conforme o [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Pela inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

**I - Advertência**, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

**II - Multa moratória** correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

II.I - A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

**III - Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parte inadimplida, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato ou instrumento equivalente, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

**IV - Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do objeto não prestado, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

**V - Multa** de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia pela execução parcial do contrato;

**VI - Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia;

**VII - Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada na substituição de equipamentos ou serviço em desacordo com o contrato

no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

**VIII - Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, **por dia de atraso na substituição do material defeituoso**, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

**IX -** As multas previstas no parágrafo terceiro poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto no mesmo parágrafo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** [As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção estabelecida no inciso II do mesmo dispositivo legal.

**PARÁGRAFO QUINTO:** São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133/21:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia

10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(\*) Incide sobre a parte inadimplida.

**PARÁGRAFO NONO:** As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo **parágrafo**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, as mesmas deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O contrato poderá rescindir a qualquer tempo, mediante decisão judicial ou denúncia escrita entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ocorrendo quaisquer das situações prevista no Art. 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;



VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A extinção do contrato poderá ser motivada nos autos do processo de acordo com art. 138. da Lei Federal n. 14.133/21, *in verbis*:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações e normativas vigentes no que tange aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133/21 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90, bem como demais normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).

**PARÁGRAFO QUARTO:** A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).

**PARÁGRAFO QUINTO:** Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente

por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As empresas, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente contratação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões. Omissões estas que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços propostos e que só em caso de não poderem ser corrigidas por apresentarem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FORO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes da execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, as fls... à ..., do Livro Especial de **CONTRATOS** de Nº..... que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, através de processo xerográfico, devidamente certificadas pela **Procuradoria Geral junto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – PGE-DER/RO.**

#### **TITULAR DA CONTRATANTE**

#### **TITULAR DA CONTRATADA**



Documento assinado eletronicamente por **VITOR GUILHERME DO AMPARO BATISTA, Técnico**, em 04/05/2026, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71735673** e o código CRC **541CE7D4**.

**Referência:** Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0009.012092/2025-57

SEI nº 71735673

Criado por **03009312202**, versão 33 por **03009312202** em 04/05/2026 14:55:17.